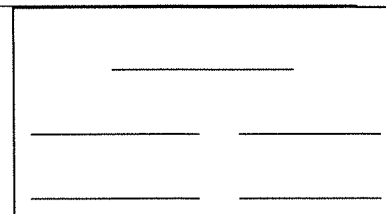




CÂMARA MUNICIPAL DE
VIANA DO ALENTEJO



ATA N.º 19/2023

REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA DE 30/08/2023

PRESENCAS

PRESIDENTE: LUÍS MIGUEL FIALHO DUARTE

VEREADORES: JOAQUIM MARIA PINTO BENTO, EM SUBSTITUIÇÃO DA VEREADORA PAULA MARISE CARRACHA PANÓIAS BAMOND DAS NEVES

SARA CRISTINA CUPIDO CARMO GROU

RITA FIGUEIRA DE MATOS RAFAEL, EM SUBSTITUIÇÃO DO VEREADOR MIGUEL JOSÉ FONSECA BENTINHO

ANTÓNIO FRANCISCO COSTA DA SILVA

HORA DE ABERTURA: 14:30 HORAS

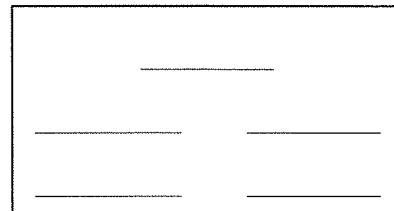
HORA DE ENCERRAMENTO: 19,23 HORAS

FALTAS JUSTIFICADAS:

FALTAS INJUSTIFICADAS

RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA REFERENTE AO DIA 25/08/2023

CAIXA	7.99,84 €
FUNDOS DE MANEIO	6.052,00 €
FUNDO DE MANEIO 1-MARIA LUÍSA MARQUES MIRA FERREIRA.....	1.000,00€
FUNDO DE MANEIO 2- MARIA MANUEL GRILO ROBERTO.....	52,00€
FUNDO DE MANEIO 4 - RUI PAULO CORREIA MARTINS	1.500,00 €
FUNDO DE MANEIO 5 - JOÃO SÉRGIO CANIVETE MORAIS.....	1.000,00€
FUNDO DE MANEIO 6 - TERESA MARIA PIRES PENETRA	1.000,00 €
FUNDO DE MANEIO 7 - HELENA ISABEL BARROS TORRÃO.....	1.000,00 €
FUNDO DE MANEIO 9 - DANIELA DA CONCEIÇÃO BANHA PALHAIS.....	500,00€
DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	1.030.180,84 €
C. G. D. - CONTA N.º 0035/00000345430	202.912,38 €
C. G. D. - CONTA N.º 0035/00004293431	776,38€
C. G. D. - CONTA N.º 0035/00005537330	7.020,62 €
C. G. D. - CONTA N.º 0035/00005684950	19.490,45 €
C. G. D. - CONTA N.º 0035/00006168050	5.430,67 €
C. G. D. - CONTA N.º 0035/00006435350	93.551,22 €
C. G. D. - CONTA N.º 0035/00006542530 - FEDER	57.892,10 €
C. G. D. - CONTA N.º 0035/00007163830 - CAUÇÕES	2.025,36€
C. G. D. - CONTA N.º 0035/00007105850.....	34.749,79 €
B. S. T. - CONTA N.º 0018/10814784001	343.204,04 €
C. C. A. M. - CONTA N.º 0045/40122579668	65.439,08 €
C. C. A. M. - CONTA N.º 0045/40122579743	92.018,47 €
NOVO B. - CONTA N.º 0007/00102934558	40.032,01 €
NOVO B. - CONTA N.º 0007/00219692682	50.864,41 €
C.E.M.G. - CONTA N.º 0036/99100014214	277.777,76€
TOTAL DE DISPONIBILIDADES.....	1.321.840,23 €
DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS	1.145.741,27 €
DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS	176.098,96 €



O Senhor Presidente declarou aberta a reunião às catorze horas e trinta minutos, a qual teve lugar nos Paços do Município, com a presença de todos os membros do órgão. -----

São os seguintes os pontos da ordem de trabalhos desta reunião: -----

1. Proposta de aprovação da ata em minuta; -----

2. Informação sobre a Atividade da Câmara; -----

3. Proposta de aprovação da ata relativa à reunião ordinária de 2 de agosto de 2023; -----

4. Autorização para desencadear o procedimento de conceção do Regulamento Municipal dos Pavilhões Gimnodesportivos e da Nave do Centro Social de Aguiar; -----

5. Proposta de atribuição do Cartão Social do Reformado, Pensionista e Idoso; -----

6. Proposta de renovação do Cartão Social do Reformado, Pensionista e Idoso-----

7. Proposta de listagens referentes à Ação Social Escolar; -----

8. Proposta de atribuição de apoio de 50% no custo do passe escolar dos alunos do ensino secundário que frequentarão estabelecimentos de ensino fora deste concelho no ano letivo de 2023/2024; -----

9. Proposta de aprovação da lista de ordenação final de candidatos a admitir para atribuição de lotes na horta comunitária e da abertura de novo procedimento de candidaturas. -----

10. Proposta de ratificação do despacho da Sra. Vice-Presidente da Câmara de 18 de agosto de 2023, que autorizou a emissão de licença para realização de um evento (vacada popular), inserido na Festa na Vila 2023, em Viana do Alentejo, no dia 19 de agosto de 2023, promovido pela Associação Equestre de Viana do Alentejo;

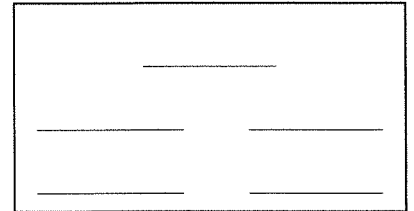
11. Proposta de emissão de licença especial de ruído, solicitada pela Junta de Freguesia de Aguiar, para a realização de um evento (animação), no dia 9 de setembro de 2023 e isenção do pagamento das respetivas taxas e corte da via pública;

12. Proposta de emissão de licença especial de ruído, solicitada por Sabores do Cerrado, Atividades Hoteleiras e Similares, Lda. para a realização de uma “festa de casamento”, nos dias 9 e 10 de setembro de 2023;

13. Proposta de emissão de licença especial de ruído para a realização de um evento no Bar do Beco em Alcáçovas, nos dias 2 e 3 de setembro de 2023;

14. Proposta de emissão de licença especial de ruído e de corte de via para a realização de um evento (festa de aniversário do estabelecimento, sito na Rua Médico Sousa, nº 24), nos dias 9 e 10 de setembro de 2023;

15. Proposta de alteração de trânsito – Feira D’Aires 2023;



16. Proposta de aprovação do relatório de ponderação da participação pública na 1ª alteração à 1ª revisão do Plano Diretor Municipal;

17. Proposta de aprovação da proposta final da 1ª alteração à 1ª revisão do Plano Diretor Municipal, para envio à Assembleia Municipal;

18. Proposta de aprovação da 26ª alteração permutativa ao Orçamento da Despesa; -----

19. Proposta de aprovação da 20ª alteração permutativa ao Plano de Atividades Municipais; -----

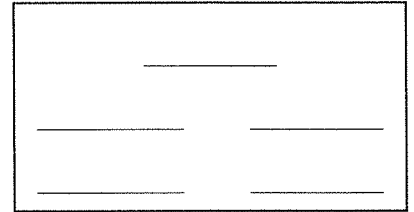
20. Proposta de aprovação da 14ª alteração permutativa ao Plano Plurianual de Investimentos; -----

Período de antes da ordem do dia – Nos termos do artigo 52.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, o Senhor Presidente declarou aberto o período de antes da ordem do dia, cumprimentando os Senhores Vereadores, as Senhoras Vereadoras, Técnicos da Câmara que prestaram apoio, público presente na sala e a todos os que acompanharam pelas redes sociais.

Tendo-se verificado a presença de público, o Senhor Presidente sugeriu ao Senhor Sabarigo, que se quisesse fazer alguma intervenção, poderia fazê-la naquele momento. -----

O munícipe em questão interveio, afirmando que a sua presença na reunião se prendia com assuntos pessoais. Assim, começou por questionar se alguns dos elementos presentes tinha estado na reunião de 24 de junho de 2023, na qual se abordou o “seu assunto” – partir um lote em dois na zona industrial. Disse o munícipe que, nessa reunião, tinha sido solicitada a presença do Senhor Arquiteto, que referiu ter-lhe enviado correspondência a informar sobre a documentação em falta, contudo nada recebeu ou, então, não sabia onde estava o documento. De qualquer forma, aquilo que estava em causa, e que estava gravado, era que que o Senhor Arquiteto lhe tinha dito que lhe iria responder naquele dia. Afirmou que não pretendia que o Senhor Arquiteto lhe tivesse respondido logo nesse dia, três ou quatro dias depois seria suficiente. Contudo, até ao dia em que esteve no atendimento com o Senhor Presidente, “não tinha recebido rigorosamente nada da Câmara nem daquele departamento” – disse. -----

O Senhor Sabarigo referiu ainda que, depois do atendimento com o Senhor Presidente da Câmara, não tendo a certeza da data, mas que talvez tivesse sido dia três ou dia dez, continuou sem receber nada e acrescentou que, na sua outra intervenção tinha dito uma frase que causou admiração ao Senhor Presidente, pelo facto de dizer que suspeitava que estava a ser perseguido pela Câmara. Disse ainda que não era muito difícil apresentar questões deste tipo porque, desde o tempo do Senhor Manuel Sabino que as apresenta na Câmara, sem saber “como elas acontecem” e que com os outros municípios não sabia o que se passava, mas com ele, era sempre uma enorme dificuldade em resolver os assuntos. Neste contexto, questionou onde estaria a resposta do Senhor Arquiteto ao seu assunto



e disse que não punha em causa que faltariam documentos, mas gostaria que o Senhor Arquiteto lhe entregasse uma cópia do documento que disse ter-lhe enviado, de forma a que ele pudesse analisar e entregar ao seu Arquiteto, que está a tratar desta questão. Disse ainda que em dezembro, tinha entregado os documentos, sabendo que poderiam estar alguns em falta e que três meses depois, o Senhor Arquiteto afirmou que lhe iria responder e passados outros três meses, ainda não lhe respondeu. Ainda sobre este assunto, o munícipe afirmou que era “daqueles que lhe pagava o salário, que descontava para o estado, assim como todas as pessoas que descontam um bocadinho” e que não pretende que as pessoas “brinquem com os postos de trabalhos desta forma.” Referindo-se ao Senhor Arquiteto em causa, disse que “podia ser muito bom ou muito ruim”, mas por aquilo que estava a constatar em relação a si, “não seria seu empregado, de certeza” e que não tinha receio do que estava a dizer, que estava ali gravado. -----

Terminada a intervenção do munícipe, o Senhor Presidente da Câmara aconselhou-o a aguardar porque, entretanto, já tinha solicitado a presença do Senhor Arquiteto, de forma a explicar o sucedido. -----

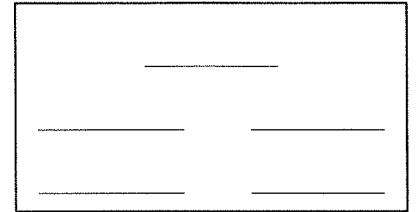
Antes de passar a palavra aos Senhores Vereadores, o Senhor Presidente referiu que pretendia fazer o ponto de situação sobre a Praça da República, e apresentar alguns dados que estavam em falta há algum tempo. Assim, foram exibidas algumas fotografias sobre o projeto em causa, à medida que o Senhor Presidente ia esclarecendo os procedimentos adotados

Disse o Senhor Presidente que, antes de mais, foi preciso pesquisar o projeto, saber o que existia e seguiu-se o levantamento topográfico para que houvesse mais confirmações. Com o objetivo de se juntarem todos os elementos, foi também pedida a análise do Senhor Arquiteto, motivo pelo qual se demorou mais tempo para se chegar a algumas conclusões-----

Em relação à primeira imagem, o Senhor Presidente disse que aquele era o projeto financiado e aprovado, ou seja, como deveria ter ficado a Praça da República. Alertou para o facto de se estarem a ver as imagens separadamente, mas que veriam, depois, as sobreposições. Continuando a análise da imagem, o Senhor Presidente situou a Antiga Biblioteca, a partir da qual seria mais fácil ir explicando “o resto”. -----

No que diz respeito à segunda imagem, disse o Senhor Presidente que aquela era “a Praça exatamente como estava, antes da deslocação dos cubos”. Neste sentido, chamou a atenção para as diferenças entre o número de bancos e a sua colocação, no projeto inicial e o que na realidade se verificou:

- Dos três bancos afastados da parede apenas ficaram dois e junto à parede;
- Do lado do estacionamento dos táxis, havia quatro bancos e só foram colocados três;



- Do lado do Café Central estava um banco, que não estava previsto no projeto.

Relativamente ao número de árvores, do lado dos táxis, estavam previstas três, mas apenas ficaram duas. -----

Na imagem seguinte, o Senhor Presidente referiu que se mostrava a deslocação dos cubos, cerca de cinquenta centímetros, obra da responsabilidade do executivo atual, e que o tabuleiro se mantinha sem alterações, o que podia ser comprovado através de fotografias. O que se verificou com esta deslocação dos bancos, foi o alargamento da faixa de rodagem, contribuindo, assim, para facilitar o estacionamento. -----

Ainda nesta fase de projeção, o Senhor Presidente solicitou a apresentação das imagens comparativas do “antes” e do “depois” da intervenção para deslocação dos cubos, as quais revelaram que não houve alteração no tabuleiro da Praça. Disse ainda o Senhor Presidente que na imagem sobreposta se conseguia perceber que pouco passou dos cinquenta centímetros, a deslocação e que, em determinada altura, tinha dito que o desvio seria de aproximadamente quarenta centímetros, medida dos mesmos. -----

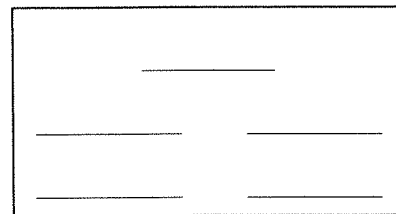
A concluir, e analisando a primeira imagem, disse o Senhor Presidente que as falhas do projeto inicial para o projeto que foi executado são principalmente os bancos, que não estão no local previsto, ou seja, havia três bancos atrás, um pouco mais afastados e neste momento, apenas dois, junto à parede e um banco do lado do Café Central. -----

Numa imagem exibida, foi assinalado a vermelho o projeto, a azul a obra realizada e a amarelo torrado a intervenção a cargo deste executivo. Aqui, constatou-se que, para além do número de bancos e da sua localização, observam-se também diferenças nas árvores e nas caldeiras. -----

Interveio a Senhora Vereadora Sara Grou que colocou a questão relativa ao projeto inicial, afirmando que lhe parecia que as medidas não estariam corretas ou então não estaria prevista a passagem de trânsito. -----

Em Seguida, o Senhor Vereador António Costa da Silva, cumprimentou todos os presentes na reunião e colocou uma questão simples, relativamente ao que era para fazer com a apresentação e análise daquelas imagens. Prosseguindo, afirmou que tinham ali um conjunto de projeções de intervenção na Praça da República, a primeira do executivo anterior, que depois alterou o projeto, e a terceira que foi alterada pelo Presidente, o que leva a várias questões. -----

Este Vereador sublinhou que o que realmente interessa saber é se as alterações efetuadas pelo anterior executivo foram autorizadas no âmbito do Programa Operacional Regional do Alentejo. Disse ainda que acreditava que teriam sido faturadas apenas as intervenções realizadas quer dos bancos quer das árvores, contudo, é preciso ter a certeza. Acrescentou ainda que, para além disto, houve



também uma alteração no trânsito da Praça, tendo em conta que se encurtou o espaço destinado aos peões e o que realmente interessa é saber se a primeira alteração feita pelo anterior executivo, foi realizada dentro da legalidade em relação ao Programa Operacional Regional do Alentejo, autorizado pelo projetista e pelas entidades competentes. Caso tenha havido autorização para as alterações, fica-se com a informação, não tendo mais comentários a fazer em relação ao tema. Foi uma opção política - disse. -----

Quanto à etapa seguinte, disse este Vereador que se trata uma alteração a um projeto que foi feito por este executivo, sem autorização, que o Presidente se tinha autorizado a “si próprio e que nem tinha consultado os serviços”. -----

O Vereador António Costa da Silva disse ainda que o Senhor Presidente se tinha lembrado de fazer uma alteração à Praça porque seria melhor para a passagem dos carros e facilitaria o estacionamento em frente ao café. -----

Em sua opinião, estas praças são mais dignas quando são dedicadas às pessoas, mesmo que se complique o trânsito. É isto que acontece nos sítios mais desenvolvidos- afirmou. -----

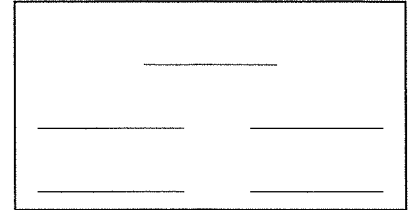
o referido Vereador concluiu, manifestando o seu desacordo relativamente a esta última alteração por se tratar de uma alteração ou um projeto, sem autorização das entidades competentes e, acrescentou, que ainda era mais grave pelo facto de não ter tido a autorização do órgão Câmara, sendo esta a entidade que poderia autorizar a intervenção através de um projeto com as modificações específicas e autorizado pelas entidades competentes, informando-se depois o Arquitecto, o que aconteceu e, eventualmente, a Direção Regional de Cultura e o Programa Operacional, que foi quem financiou.-----

Este processo também tem alterações rodoviárias, as quais também são decididas no órgão Câmara, portanto, não se podem tomar decisões e depois pedir autorização ao serviço – disse. -----

Este Vereador lembrou a sua primeira pergunta: - “Para que serve isto?” a qual tinha por objetivo levar o Senhor Presidente a legalizar o erro. Era esta a sua sugestão desde há algum tempo. -----

Neste sentido, o Senhor Vereador António Costa da Silva salientou que este assunto deveria ter sido trazido ao órgão Câmara com alguma paciência e complacência dos vereadores, porque não tendo maioria, são obrigados a isso, e assim, tentar legalizar a obra com as devidas autorizações. Assim, ficou a conhecer o projeto inicial do tempo do anterior executivo, como foi projetado e concluído, mas que “ é pouco”- disse. -----

O Senhor Presidente respondeu que o próximo passo seria apresentar a tela final porque não faz sentido apresentar a tela final de um projeto que não teve telas finais. Disse também que não tinha tido acesso a nada, por isso, este tempo que demorou deveu-se ao facto de ser necessário ver e analisar o projeto,



que foi depois também analisado pelo Arquiteto. As telas finais foram pedidas ao Arquiteto, autor do projeto, contudo, não existem. Desta forma, a sua intenção é fazer uma tela final com todas as alterações feitas ao projeto, uma vez que não “faria sentido fazer uma atualização ou alteração a uma coisa que não estava atualizada” – explicou. -----

O Senhor Presidente da Câmara referiu ainda que admitia que deveria ter conduzido o processo de outra forma e que, nesse ponto, concordava com o Senhor Vereador Costa da Silva, mas que discorda na parte em que este Vereador afirma que houve uma transformação porque não se “roubou espaço às pessoas, não se passaram os bancos para o lado de cá”, enquanto que na imagem relativa às alterações realizadas pelo anterior executivo se nota a redução significativa do espaço da praça. Acrescentou que tentou simplificar este processo, o que o levou a cometer o erro de não trazer o assunto à Câmara, uma vez que não considerou esta intervenção como obra. Assim, propõe trazer à Câmara e às entidades competentes a tela final com todas as alterações, já que este procedimento não foi feito anteriormente. -----

Disse também que, dado ser uma obra de 2011, já não se corre o risco de haver devolução de verbas, o que de facto é positivo porque ninguém gostaria que o município fosse penalizado por este motivo. -----

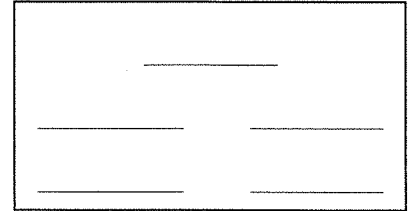
O Senhor Presidente concluiu, questionando, se o Senhor Vereador e as Senhoras Vereadoras concordariam que fosse dado o passo seguinte, ou seja, a legalização da obra. -----

O Senhor Vereador Costa da Silva interveio, afirmando que tinha sido ele a solicitar essa legalização e que teria mesmo de ser feita, que o trâmite seria aquele: “seguir em frente”. De qualquer forma, ainda havia uma pergunta para a qual ele queria uma resposta e referiu-se ao facto de não concordar com alguns aspetos, exemplificando com a deslocação de cubos em cinquenta centímetros que, segundo o Senhor Presidente não se “roubou espaço às pessoas”, “não é por cinquenta centímetros”, isso uma questão de quem olha para este tipo de políticas públicas as entende”. Na sua opinião, por exemplo, se o problema não pode ser o estacionamento porque se complica a passagem dos carros, retire-se o estacionamento e dê-se maior dignidade e abertura à Praça, à semelhança do que acontece em outros sítios. A terminar, este Vereador voltou a referir que o que importa saber é se as alterações feitas ao projeto inicial foram legais. -----

O Senhor Presidente afirmou já ter respondido à questão colocada pelo Senhor Vereador António Costa da Silva, afirmando que não houve telas finais, logo as correções não foram feitas e que o que existia em projeto, era o projeto inicial.-----

Interveio o Senhor Vereador Costa da Silva e referiu que “quem pagou recebe projetos e se lhe dizem que os projetos são iguais, acredita que são iguais”.-----

O Senhor Presidente disse ter solicitado ao Arquiteto, autor do projeto, as telas finais, já que o Arquiteto da Câmara Municipal, a quem tinha sido pedido para consultar o dito projeto não tinha acesso às



mesmas. No entanto, as telas finais não existiam. -----

O Senhor Vereador António Costa da Silva disse que o projeto em causa tinha ido a reunião de câmara, ou seja, a fase da aprovação da candidatura, do que se pretendia fazer e que, provavelmente, teriam ido os momentos descritivos. O segundo elemento ou terá ido ou não e apontou para as implicações no trânsito, o que terá sempre de ser discutido em reunião de câmara. Disse ainda este Vereador que o que o Senhor Presidente estaria a insinuar era que tinha havido uma ilegalidade. -----

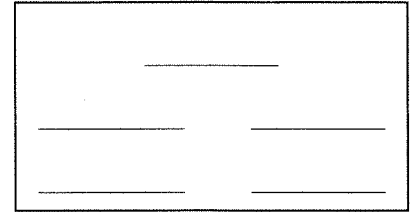
O Senhor Presidente contestou e disse que não estava a “insinuar nada”, que apenas “não houve os elementos necessários”. Salientou que foram ainda consultadas as atas dessa altura e não se encontrou nada, portanto, não houve a apresentação das telas finais. -----

Referiu que a sua maior preocupação é legalizar o processo e, mais uma vez, assumiu que errou, todavia, não diz que o seu erro é maior ou mais pequeno. O que estava em causa era que tinha sido encontrada uma incorreção e que se estava a tempo de a corrigir. Era a sua proposta e estava disponível para avançar. -----

Em seguida, pronunciou-se a Senhora Vereadora Rita Rafael que questionou se a tela era o que faltava para se saber se a obra estava legalizada. O Senhor Presidente respondeu que a tela final existe em qualquer obra. Sempre que há uma alteração tem de haver uma tela final que regista essa alteração, neste caso, falamos desta Praça, mas poderia ser uma casa, por exemplo. Caso não existam as telas finais, a obra não está legal. -----

O Senhor Presidente disse ainda que as telas finais deveriam ir a reunião de câmara para aprovação e, assim, ficarem legalizadas. Neste sentido, o Senhor Vereador António Costa da Silva solicitou ao Senhor Presidente que, quando tiver a tela ou projeto final, e de forma a que todos fiquem seguros da decisão, peça ao serviço jurídico uma fundamentação bem clara, de forma a poderem tomar uma decisão consistente. O serviço explica e a lei permite fazer essa correção e que, a Praça da República, mal ou bem, sendo isto uma posição mais política, fique legalizada- afirmou. Recordou ainda que sempre mostrou disponibilidade para ajudar nesta correção, apesar de não concordar. -----

O Senhor Presidente disse ainda que, assim que tivesse as telas finais, as traria devidamente fundamentadas. Fez ainda uma observação quanto à deslocação dos cubos em cinquenta centímetros, a qual facilitou o estacionamento e que, se vivemos num mundo de carros e há comércio naquela Praça, os comerciantes agradecem aquilo que o executivo fez, assim como agradecem os automobilistas que ali passam. Disse ainda o Senhor Presidente da Câmara que pretende acabar com o trânsito na referida Praça, assim como pretende acabar com o estacionamento em algumas ruas, mas para isso tem de arranjar uma alternativa para as pessoas. Não se pode proibir o trânsito sem arranjar opções- disse.-----
Se, neste momento, fosse colocado um sinal de proibição de estacionamento na zona do café Central,



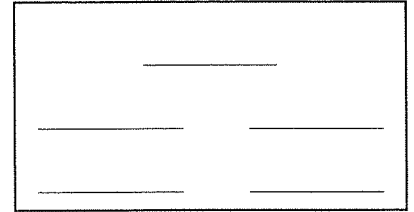
todos sabemos que o café iria sofrer com isso. Neste sentido, exemplificou com a situação do Café Rotunda que, em tempos se ressentiu com a proibição do estacionamento em frente ao café, passando os clientes a frequentar outros, onde fosse possível deixar o carro mais perto. Referiu que com a possibilidade de estacionamento, as pessoas vão mais “descansadas” às finanças e a outros serviços e acabam por ir beber um café ao Central. O Senhor Presidente falou ainda do facto de ter havido espelhos partidos e jantes estragadas porque o espaço era apertado para os carros transitarem e, depois desta “pequena” intervenção, nunca mais aconteceu. -----

O Presidente frisou que tinha reconhecido o seu erro e que se comprometia a trazer a tela final do projeto, devidamente fundamentada. Contudo, voltou a sublinhar que, em sua opinião, o estacionamento na Praça é necessário, embora não goste desta situação. -----

Interveio o Senhor Vereador António Costa da Silva, expressando opinião contrária à do Senhor Presidente. Disse este Vereador que “não vivemos no mundo dos carros, vivemos no mundo das pessoas” “E o mundo deve ser, cada vez mais, feito para as pessoas.” -----

Neste sentido, o Senhor Vereador disse que era, essencialmente, aquele lugar na Praça que dificultava a circulação e que ele há muitos anos que não estacionava ali, precisamente porque iria a dificultar a vida às pessoas e sujeito a que lhe riscassem o carro. Afirmou que há espaço para estacionar noutra rua a dez metros da Praça, é aí que habitualmente deixa o seu carro. Depois é ir a pé até à Praça. Há também lugares junto à Caixa Agrícola, que até podem estar ocupados e serem limitativos, mas “andar a pé faz bem às pessoas”- disse. Acrescentou ainda que já viu muitas críticas, sobretudo do comércio, restaurantes, cafés, quando há zonas que são transitáveis, mas não são de estacionamento. Há sempre queixas, mas o que acontece é que as ruas passam a ser pedonais, têm sempre mais benefícios. Deu o exemplo da cidade de Évora e referiu também Grândola, onde houve uma intervenção que foi fortemente criticada. Depois, habituaram-se e constataram que assim era mais benéfico. Estes são alguns exemplos que podia dar, onde se constata a vantagem em retirar carros da rua para “devolver a rua às pessoas”. Dar zonas de estacionamento às pessoas é bom porque evita que outras zonas fiquem congestionadas, mas isso é uma opção política e cada um terá a sua- afirmou. Disse também que não iria entrar em acordo com o Senhor Presidente, mas o que de facto o que sempre o preocupou foi a legalidade desta obra. Continuou a afirmar que, talvez sendo uma teimosia sua, mas que se deveria “devolver-se a rua às pessoas”. -----

O Senhor Presidente interveio, mais uma vez, e disse que era “a opinião do Senhor Vereador”, com a qual concordava em parte, ou seja, com o facto de se “devolver a rua às pessoas”, mas quando houver alternativas. Disse ainda que também que reconhece que quando se retira o trânsito, “há vantagens até para o comércio, mas uma solução mista não é boa para ninguém”. Nesse caso, considera que o melhor,



foi fazer-se da forma que se fez. Acrescentou que passa naquele sítio todos os dias e que a rua de Água Abaixo costuma estar bastante preenchida com carros, assim como a rua por cima da Caixa Agrícola, que só alivia no final da tarde. Durante o dia, enquanto os serviços estão a funcionar, não há espaço para estacionar. -----

O Senhor Vereador Costa da Silva interveio e deixou a seguinte questão:-----

Se Trouxesse à reunião de câmara uma proposta para eliminar aquele estacionamento, sendo uma presunção, o que seria a votação do órgão Câmara? Disse ainda que a sua presunção era que aquele órgão concordaria com a sua proposta, eliminar os estacionamentos em vez de se fazer aquela intervenção. -----

A Senhora Vereadora Sara Grou interveio, cumprimentando todos os presentes e aqueles que acompanham à distância. Disse esta Vereadora que o Partido Socialista se tinha manifestado e que o assunto não estava terminado e que a sua posição continuaria a ser a mesma, ou seja, que se trouxesse à reunião uma fundamentação clara sobre a apresentação das telas finais e, de acordo com essa fundamentação decidir-se-ia sobre o assunto. -----

-Disse, ainda, que se o "projeto não está legal, tem de se legalizar" e acrescentou que o Senhor Presidente já tinha admitido que se tinha precipitado, o que deixa as Vereadoras do Partido Socialista mais tranquilas pelo facto de o Senhor Presidente ter admitido esse erro. Aconselhou para que da próxima vez, houvesse mais ponderação, tendo esta situação servido de lição. -----

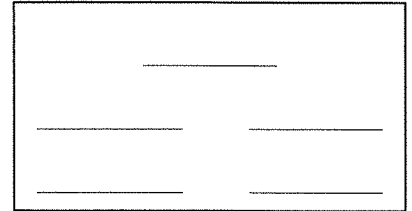
Disse, também, que não queriam que este assunto "se fosse arrastando", contudo, do ponto de vista político, ele terá de ser resolvido. -----

Assim, manifestou a sua admiração e constrangimento porque considera que esta alteração deveria ter sido revista e entregue no devido tempo, mas que se se está a tempo de corrigir, é isso que se deve fazer. Esta Vereadora referiu que, tal como o Senhor Vereador António Costa da Silva, solicita que se traga à reunião uma fundamentação clara e atempada, de modo a analisar-se e decidir-se em consciência. -----

O senhor Presidente agradeceu a intervenção da Senhora Vereadora Sara Grou e voltou a frisar que este processo demorou algum tempo porque era preciso perceber, desde o princípio, o que se tinha passado. Reconheceu, novamente, o erro que cometeu, referindo que não foi intencional e que, dificilmente, voltará a cometer o mesmo erro. -----

A Senhora Vereadora Sara Grou, neste contexto, referiu que não podia, no momento, pronunciar-se nem julgar pessoas que não estavam presentes. -----

O Senhor Presidente concordou, afirmando que "não valia a pena e que nada acrescentaria...". A concluir, o Senhor Presidente referiu que o "importante era resolver a situação." -----



De seguida, o Senhor Presidente solicitou ao Arquiteto Miguel Machado que esclarecesse a questão levantada pelo munícipe Senhor Sabarigo, numa reunião em que tinha estado, na câmara. De acordo com as indicações que tinha, era suposto que o munícipe tivesse recebido uma cópia do ofício, no qual lhe eram pedidas “algumas coisas que não tinha cumprido”- disse. Passados três meses, nada recebeu. Ainda que o Senhor Sabarigo tenha esse documento em casa, houve da parte da Câmara um compromisso que não foi cumprido. -----

O Arquiteto Miguel Machado, referindo-se ao ofício que o munícipe, supostamente, terá em casa, disse não poder afirmar, mas que a informação foi feita na semana seguinte ou até na semana da dita reunião e que terá ido para despacho do Senhor Presidente no dia 5 de junho de 2023. Foi tirada cópia e enviado o ofício no dia 9 de junho de 2023, sendo o terceiro ofício que o Senhor Sabarigo recebe. Disse também que foi enviado via-email, a pedido do Senhor Sabarigo, portanto, não haveria erro na morada. O Arquiteto Miguel Machado prosseguiu, referindo que “tinha tido o cuidado de fazer uma nova informação com a contabilização dos lotes”, uma vez que não tinha sido apreciado por si. Foi feita também a contabilização dos proprietários que não se opunham e a seguir, o Senhor Sabarigo foi informado sobre isso e foram anexados o ofício e a cópia da informação técnica. -----

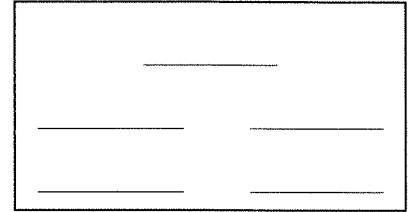
Disse ainda o Arquiteto Miguel Machado que a questão” é sempre a mesma”, que o Senhor Sabarigo tem obras ilegais dentro do lote, as quais têm de ser regularizadas e depois proceder à a apresentação do processo de alteração de loteamento, que tem de ser feita por um técnico. Estas informações já tinham sido dadas ao Senhor Sabarigo - disse. -----

O munícipe interveio e afirmou que sabia quais eram as obras ilegais e que foram identificadas pelo fiscal da Câmara. Referiu-se a um gatil, onde chegou a ter 16 gatos e ainda tem alguns que alimenta. Disse ainda que o referido gatil não se vê da rua e que são dois pilares de ferro com telhas de zinco, onde estão os gatos, e ainda um quintal.-----

Este munícipe solicitou ao Senhor Arquiteto que lhe confirmasse o endereço de e-mail para onde foi enviado o documento porque poderia ter havido algum engano, uma vez que havia um primo direito seu que também tem assuntos com câmara e cujo endereço de e-mail é parecido ao seu. Isto, em tempos já tinha gerado uma confusão com a Junta de Freguesia de Alcáçovas que, erradamente, lhe enviava documentos para si.-----

O Senhor Sabarigo, referiu-se ainda que iria abordar uma questão na Assembleia Municipal seguinte e que estava relacionada com a atitude de um antigo Vereador que aconselhou um munícipe a contactar os serviços, caso as respostas ao assunto demorassem a chegar.-----

A concluir a sua intervenção, o munícipe afirmou novamente que não recebeu nenhum documento até ao momento. -----



O Senhor Presidente da Câmara fez questão de realçar que ficasse claro que não há qualquer “perseguição” ao Senhor Sabarigo e que seria uma grande coincidência que desde sempre “as coisas nunca lhe terem corrido bem”. Acrescentou, ainda, que não concordava com o munícipe quando este diz “que não é o seu papel no município”, porque “o município fez o que tinha a fazer” e também não seria papel do município contactá-lo para confirmar a receção dos documentos. -----

Se não tivesse recebido nada, no prazo de uma ou duas semanas, poderia passar pelos serviços e perguntar sobre o seu assunto. -----

Disse, ainda, o Senhor Presidente que, se o Senhor Arquitecto não tivesse estado presente para esclarecer a situação, o Senhor Sabarigo estaria a pôr em causa o trabalho de uma divisão, que tem os documentos assinados por si, com datas e despachos seus. -----

O Senhor Presidente deu razão ao munícipe pelo facto de não recebido o documento, mas a Câmara também tem porque o enviou – disse. -----

O munícipe reforçou o facto de não ter recebido nada e de não se considerar mentiroso, assim como também não considera o Senhor Presidente, porém, alguma coisa terá falhado e isso é que teria de se verificar. -----

o Senhor Arquitecto Miguel Machado afirmou que a situação ficaria resolvida naquele dia porque iria, de imediato, tirar uma cópia do ofício. -----

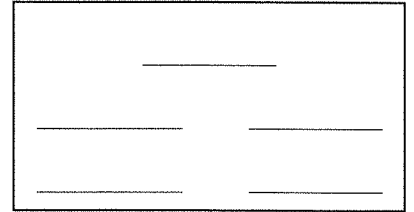
O Senhor Presidente dirigiu-se ao Arquitecto Miguel Machado, agradecendo a disponibilidade para verificar a falha no envio deste documento. -----

A terminar o Arquitecto Miguel Machado disse que o “ Senhor Sabarigo tem a porta aberta” e que, por várias vezes, o tinha aconselhado a resolver a situação da melhor forma. -----

O Senhor Sabarigo terminou a sua intervenção, referindo que as obras ilegais faziam parte de outra fase, o importante, no momento seria saber o que é preciso entregar.-----

Terminado o período de intervenção do público e pós os esclarecimentos prestados, o Senhor Presidente agradeceu a presença do Senhor Sabarigo e do Arquitecto Miguel Machado.-----

Dando continuidade ao período de Antes da Ordem do Dia, o Senhor Presidente disse ter ainda outro assunto a expor e que estava em falta. O assunto estava relacionado com o processo do “visto do Tribunal de Contas” e que era uma questão que já lhe tinha sido colocada anteriormente. Referiu-se ao pagamento da quantia de 256.671,17, euros, a qual tinha sido aprovada na câmara. Esclareceu, ainda o Senhor Presidente que, de acordo com os procedimentos habituais, quando os assuntos saem da reunião de câmara, a chefe de divisão segue os trâmites legais, quer dizer que, se não houvesse dúvidas, o processo teria seguido sem ser pedida autorização a ninguém. No entanto, isso não aconteceu, uma vez que a chefe de divisão era da opinião que o “visto” não era necessário. Desta forma, e tendo em conta a



dúvida, foi pedida opinião para se saber o que fazer. -----

O Senhor Presidente disse que, tendo por base a opinião da chefe de divisão e sendo pressionado constantemente pelo empreiteiro para que fosse paga esta tranche, que supostamente deveria ter sido paga no primeiro Auto, portanto, ao fim de um mês, deu indicação para o processo seguir sem ser pedido o visto do Tribunal de Contas. Recordou ainda o Senhor Vereador e as Senhoras Vereadoras que o referido processo terá voltado a reunião de câmara no dia 24 de novembro porque havia uma dúvida sobre a questão de ser “reequilíbrio financeiro” ou “compensação financeira” e foi, entretanto, aprovado o aditamento a este contrato. Acerca deste aditamento, o Senhor Presidente informou que o mesmo foi solicitado no dia 7 de fevereiro à CIMAC- Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, um parecer jurídico à CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo. No dia 31 de maio, foi recebido o parecer jurídico da CCDR - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, “concluindo que nada a obstar a coexistência do regime da revisão de preços com o regime do reequilíbrio financeiro do contrato.” Portanto, “regimes patentes no aditamento do contrato”.-----

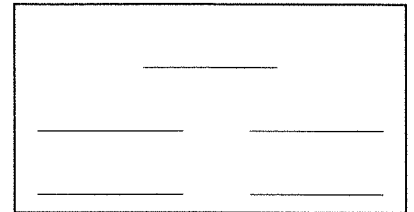
O Senhor Presidente disse ainda que, naquele dia não estava presente na câmara e a chefe de divisão, contrariamente ao que lhe tinha dito, levantou a questão sobre se seria obrigatório ou não o visto do Tribunal de Contas. Disse, ainda, que “se quisesse tê-lo-ia feito sem pedir autorização porque se um processo está em condições de seguir, é isso que se tem de fazer.-----

Salientou também que a CCDR - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo não se pronunciou sobre o assunto quando emitiu o parecer e, como não havia nada que mencionasse a obrigatoriedade, por parte daquela entidade, a sua opinião e decisão(baseada na opinião da chefe de divisão, foi dar indicação para se proceder ao pagamento. Reforçou que não houve nenhuma referência no parecer jurídico da CCDR, relativamente ao assunto e ao qual tivesse tido acesso. Mais informou que, não obstante a pressão por parte do empreiteiro para que fosse pago o montante em causa, havia também a pressão do tempo, já que este afirmava parar a obra, caso não recebesse o pagamento. -----

Neste Contexto, com um parecer da CCDR e com a opinião inicial da chefe de divisão, que se revelou contrária depois, deu a indicação para que fosse pago. -----

Disse ainda que, nesta sequência de acontecimentos, a CIMAC pediu uma parecer direto à CCDR, no sentido de perceber se o visto era obrigatório. A resposta por parte daquela entidade incluía a necessidade de ser pedido o visto” entendendo, no entanto, que a lei permite o pagamento até à quantia de 950 mil euros durante o procedimento da obtenção do visto prévio.” -----

O visto foi pedido e aguarda que o Tribunal de Contas se pronuncie, para depois informar o Senhor Vereador e as Senhoras Vereadoras sobre a decisão do visto, se era necessário pedir, se se cometeu uma



ilegalidade e se há alguma penalização para o Presidente da Câmara, uma vez que foi ele que assumiu o pagamento. -----

Depois da informação prestada, o Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Vereador e às Senhoras Vereadoras.-----

O Senhor Vereador António Costa da Silva agradeceu a explicação do processo e afirmou ter ficado a perceber melhor o que se tinha passado, contudo, referiu que ele e as Senhoras Vereadoras tinham pedido o processo todo e não o têm. Não se tratando de confiar ou não, mas que era necessária a informação completa para ser avaliada adequadamente porque também é preciso saber se foram induzidos a erro na própria avaliação do pagamento Este pedido já tinha sido feito há um mês e nada tinham. -----

Disse ainda este Vereador que se esta despesa tinha sido à câmara, tudo o que viesse depois, era preciso informar sobre tudo o que se passou, e o que se constatava era que, passado um mês, ainda não tinham qualquer informação. Alertou para o facto de ser uma obrigação do município em apresentar estas informações aos seus Vereadores e Vereadoras.-----

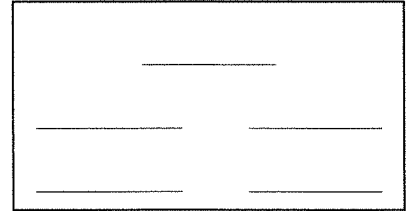
Em seguida, este Vereador referiu-se ao “alerta” muito claro da anterior chefe de divisão que, independentemente de ter mudado de opinião, inicialmente afirmou que era preciso o visto do Tribunal de Contas e o Senhor Presidente assumiu sozinho a decisão, firmando-se na sua interpretação, na sua análise jurídica(não sendo jurista), mesmo que o serviço tivesse dito formalmente que era preciso o referido visto. Ainda assim, pagou e depois veio a confirmação. O Senhor Vereador Costa da Silva disse ainda que a chefe de divisão informou e que, tal como um Arquiteto que licencia uma obra e diz que está tudo dentro da lei ou não e o Senhor Presidente concorda. “Não vai dizer nada porque está na lei” – afirmou. -----

Disse, ainda, o Senhor Vereador António Costa da Silva que a questão é que, antes de pagar, a chefe de divisão à época, disse que o processo requeria visto prévio do Tribunal de Contas. -----

O Senhor Presidente interrompeu e disse que a chefe de divisão tinha dito “ acha que requer”.-----

O senhor Vereador António Costa da Silva voltou a referir-se à importância de ter os documentos para se saber se chefe de divisão o escreveu ou apenas o disse.-----

Este Vereador reforçou que se a chefe de divisão informou que era preciso o visto prévio do Tribunal de Contas, pelo menos, o Senhor Presidente poderia ter tido a cautela em aguardar pelo parecer da CCDR para poder efetuar o pagamento. Ainda acrescentou que lhe restava uma dúvida que queria esclarecer, relativamente ao parecer da CCDR. Se o parecer não veio ou veio e o Senhor Presidente leu e pagou a seguir. Por este motivo, é importante ter a documentação toda, mails tocados, prazo, hora a que foi efetuado o pagamento, hora a que foi dada a indicação do visto e a hora e o prazo que veio da CCDR a

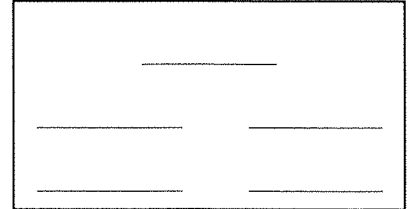


dizer que requer visto. Dirigindo-se ao Senhor Presidente, este Vereador alertou para o facto de estarem em causa 85% de contas redondas de 256 mil euros mais IVA, o que dá 212 mil e 500 euros mais IVA e que o município pode ser lesado, é essa a sua convicção, em 212 mil e 500 euros mais IVA por uma decisão ilegal; e 212 euros mais IVA dá para fazer uma intervenção muito importante no município de Viana do Alentejo ou, no mínimo, é um montante bastante significativo de contrapartida nacional para projetos comunitários.-----

E para um município como é o caso de Viana do Alentejo que está na “corda bamba” e que duvida que venha a cumprir o equilíbrio orçamental, este é um assunto demasiado sério, é uma “pancada enorme” nas contas do município de Viana do Alentejo. Disse ainda o Senhor Vereador Costa da Silva que o Senhor Presidente se “atravessou”, sob pressão de pagamento ao empreiteiro, com receio de que a obra parasse, e essa atitude pode levar o município a perder este montante significativo em fundos comunitários, porque a outra é contrapartida nacional, sendo honesto, já tinha de pagar. Aqui, trata-se 85% de fundos perdidos que o município recuperaria nesta despesa, que já recebeu, mas que lá acertariam as contas com o Município de Viana do Alentejo. Disse este Vereador que sabia como as coisas funcionavam porque conhecia as regras em pormenor. Portanto, a situação é extremamente grave e independentemente de o Senhor Presidente dizer, com muita facilidade, que “pode ser multado, que assume e vamos ver o que acontece, porque o mais importante era a obra”, o que está aqui em causa é o facto de o município de Viana do Alentejo, por uma decisão ilegal do Presidente, vir a ser penalizado em duzentos mil e quinhentos euros mais IVA. A questão central não é a multa do Tribunal de contas, é se este dinheiro não é pago pela CCDR, essa é que será a avaliação que vão fazer- concluiu.-----

O Senhor Presidente respondeu que não concordava com a opinião do Senhor Vereador António Costa da Silva porque, em seu entender, a questão central é que a obra não tenha parado. Se isso viesse a acontecer, a obra já não seria retomada e se fosse já não seria dentro dos prazos. Perante isto, afirmou que, mesmo que o município tenha menos essa receita, mantém a opinião de que tomou uma boa decisão. Naturalmente que não ficará contente se o município for penalizado e muito menos se ele próprio também for, mas fica contente porque a obra não parou, ao contrário do que muita gente gostaria, do que outras forças políticas gostariam que acontecesse. A obra continuou e se tivesse parado, já não avançava e “teríamos anos e anos de escola dos contentores”, obra por acabar, devolução de dinheiro (seria muitas vezes estes 212 mil euros). Por tudo isto, afirmou que “se atravessou e bem” para a obra não parar. Quanto aos resultados, não é capaz de os prever porque não faz “futurologia”, mas não se arrepende da decisão que tomou para não deixar “cair a escola”.-----

Interveio, novamente, o Senhor Vereador Costa da Silva que perguntou se havia e-mails trocados com o empreiteiro com a ameaça de parar a obra. Isto porque se o Senhor Presidente tinha dito (e ele acredita)



que a sua capacidade negocial foi decisiva para convencer o empreiteiro a retomar aquela obra, parada há tanto tempo, também acredita que sua capacidade negocial e a sua palavra perante o empreiteiro, valeriam muito mais do que qualquer ameaça ou retaliação que ele quisesse fazer. Disse este Vereador que acredita que se o Senhor Presidente se comprometesse porque havia dificuldades e uma situação legal para resolver que o empreiteiro aceitaria essa situação.-----

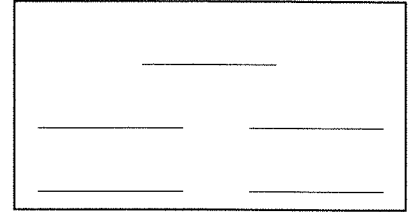
O senhor Vereador voltou a questionar o Senhor Presidente acerca da existência de mails trocados com o empreiteiro da obra em questão, se havia forma de comprovar este assunto.-----

O Senhor Presidente respondeu que “daquela forma, não”, a não ser que confiasse na sua palavra. Adiantou que, em alturas de pressão é muito difícil haver mails e, por vezes, há que evitar que eles sejam escritos. Se há capacidade negocial, tem de haver muita pressão e não é através de mails que se resolve, é com muitos telefonemas. Disse ainda que estava a fazer um exame e recebeu um telefonema do empreiteiro a dizer que iria parar a obra, no dia seguinte. Tentou fazer de tudo para resolver o problema e, apesar de reconhecer que a existência de e-mails teria ajudado, contudo, poderia correr mal e a obra poderia parar. Com receio que isso viesse a acontecer, reagiu imediatamente e quando chegou à câmara, nessa sexta-feira, disse ao chefe do seu gabinete:” hoje tem de ser pago”. Saliu que estavam à espera de um parecer (a que o Senhor Vereador e Senhoras Vereadoras poderiam ter acesso) e que chegou nesse dia, depois de ter falado com o chefe de gabinete e procedeu-se ao pagamento depois da receção do e-mail com o parecer.-----

Seguidamente, a Senhora Vereadora interveio e referiu que o é importante, no momento, é que esta documentação seja toda fornecida porque com todo o “emaranhado” de mails que “chegaram antes e depois, e não estando na câmara permanentemente, apenas nas reuniões e com os documentos das reuniões, é muito difícil avaliar. Há uma série de elementos que são fundamentais e sendo a câmara um órgão colegial, os Vereadores e Vereadoras precisam de saber o que se passa e só o conseguem se lhes for fornecida a documentação. Reportando-se às palavras do Senhor Vereador Costa da Siva, sublinhou a questão cronológica dos acontecimentos (o que chegou antes, o que chegou depois) e que é preciso que estejam informados. Quanto à questão do dinheiro, se iriam ou não ser ressarcidos, disse que dificilmente isso iria acontecer e relativamente à paragem da obra, poderia não acontecer, provavelmente o empreiteiro estaria a fazer “show off” para pressionar o Senhor Presidente a fazer o pagamento. -----

Disse que esperava que a questão do pagamento tenha corrido bem para a câmara e para o próprio Presidente, tendo em conta que assim decidiu. -----

Esta Vereadora voltou a mencionar a questão do “emaranhado” de documentos que já forma pedidos há um mês e ainda não foram fornecidos. Questionou por que razão os ditos documentos ainda não tinham



seguido para que possam ordená-los cronologicamente. Neste sentido, ainda questionou se havia alguma coisa a esconder aos Vereadores, acreditando que não haveria. A importância de ter conhecimento de tudo o que se passou serve também para o caso de se “passar alguma coisa” e eles poderem defender o executivo em permanência. Desta forma, não conseguem porque não sabem o que se passou. -----

A concluir, esta Vereadora reiterou o pedido dos documentos para que se possam analisar (pedido de parecer, quando veio...). Disse que era apenas o que pediam e que não estava a pedir nada de excepcional porque é aquilo a que têm direito. -----

O Senhor Presidente respondeu que não punha isso em causa. -----

A Senhora Vereadora Sara Grou disse que até seria uma salvaguarda para todos, até porque, como o Senhor Presidente disse, o facto de não haver troca de e-mails poderia ser bom, mas que ela não concordava. O Senhor Presidente interrompeu e disse que era diferente porque ele tinha falado na “pressão” .-----

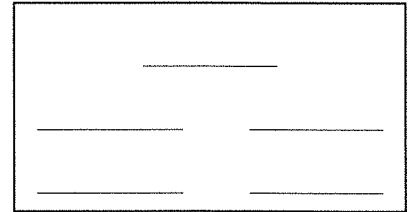
Esta Vereadora acrescentou que seria menos conveniente escrever um e-mail e que ainda assim, ele não abandonaria a obra.-----

Em relação a esta intervenção da Senhora Vereadora Sara Grou, o Senhor Presidente respondeu que, hoje em dia, é muito fácil os empreiteiros abandonarem as obras, dado que têm muito trabalho e quando a razão está do lado deles, é motivo de rescisão de contrato, e que esta pressão já vem desde o primeiro mês e, nesta situação não foi uma pressão, foi um “ultimato” –disse. E referiu que acreditava que eles parasse a obra porque não tinham nada a perder. -----

O Senhor Presidente voltou a pedir desculpas pelo facto de não ter entregado os documentos, contudo, achou que se simplificasse seria melhor para ficarem esclarecidos, mas que não tinha qualquer problema em enviar-lhe e disse que iria pedir aos serviços que fizessem uma compilação dos mails para enviar aos Vereadores.-----

A Senhora Vereadora Rita Rafael interveio para esclarecer duas dúvidas. Assim, questionou se isto se passou entre dia 7 de fevereiro e o dia 16 de junho (pedido de parecer à CIMAC, depois a CIMAC pediu à CCDR), altura em que foi feito o pagamento e se não tinha havido, por parte do município, insistência para se ter uma resposta. O Senhor Presidente respondeu que tinha havido essa insistência, mas que a resposta não chegou e que estava na CCDR. -----

O Senhor Vereador António Costa da Silva fez mais uma intervenção, e referiu que, logo que tinha sido dado o alerta sobre a necessidade de visto prévio, se se tivesse efetuado a diligência, provavelmente não se teria tido a pressão do empreiteiro e se em vez de se ter hesitado e se se tivesse ouvido “ a campanha do visto prévio”, a dizer que era melhor fazer, teria avançado com ele. “Mais vale pecar por

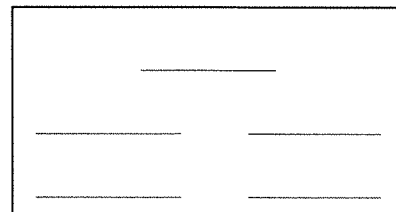


excesso do que por defeito” – disse. Portanto, a questão central é se o município fica lesado, independentemente das “pancadas” que o Presidente vai levar, e acredita que leve,” pelo menos de uma multa não se livra.”, e isso seria o “menos mau”. Há situações de perdas de mandato e isso é pior. “Isto é a vida de quem anda nestas andanças e, por isso, está sujeito a elas”- disse. A parte que o preocupa é o município porque é também responsabilidade dos Vereadores perante os contribuintes.-----

O Senhor Presidente prosseguiu com as explicações que tinham ficado pendentes de reuniões anteriores. Assim, referiu-se ao assunto da exoneração da chefe da Divisão de Gestão de Recursos –DGR. Disse que tinha sido uma decisão do executivo e que o Serviço de Pessoal é da competência do Presidente da Câmara. Continuando, disse estar sempre disponível para esclarecimentos de todos os assuntos. No entanto, disse que considera que não deve aprofundar as questões porque as mesmas só têm interesse para os envolvidos e por isso, limita-se a informar que este executivo decidiu substituir a referida chefe de divisão porque a mesma não estava a atingir os objetivos que o executivo pretendia. Disse, ainda, que o Senhor Vereador e a Senhora Vereadora tinham acesso ao que lhe tinha enviado no dia anterior e esperava que tivessem recebido. Tendo o despacho chegado aos vereadores, já têm conhecimento das razões que levaram a tomar esta decisão, que em sua opinião é apenas uma decisão de gestão, com a intenção de agilizar os serviços, que com os anos se foram tornando incompatíveis com a realidade. Disse não ter muito mais a dizer sobre o assunto, visto que o Senhor Vereador e as Senhoras Vereadoras têm conhecimento do assunto-----

Interveio, de seguida, a Senhora Vereadora Sara Grou, que confirmou a receção dos documentos enviados pelo Senhor Presidente com os argumentos que levaram à exoneração de cargo da visada. Depois de analisado o despacho do Senhor Presidente e para que se consiga avaliar o assunto, falta a resposta da visada. Disse ainda que, naquele momento, apenas estavam a ouvir uma das partes e para se avaliar convenientemente têm de ter os “prós e os contras” e acrescentou que, no momento em questão, não seria impeditivo para o Senhor Presidente fornecer o documento aos Vereadores, porque não estava ali em “segredo de justiça”. Realçou ainda o facto de a chefe de divisão ter sido reconduzida há um ano e agora a decisão de exoneração, o que causa alguma estranheza., para além de tudo o que já tinha sido falado em relação à visada, pelo facto de ser uma pessoa que “fez a vida de trabalho dentro da câmara” e agora foi exonerada do cargo. E esta é a questão que gostaria de ver esclarecida-disse. Considerou que pode haver fatores internos que desconhecem e não põe em causa que tenham existido, contudo, continua a pedir o documento/resposta da visada. Caso isso não aconteça, vão pedir-lhe diretamente porque não estavam ali em tribunal – disse-----

Respondeu o Senhor Presidente e disse que não “valia a pena ameaças” -----



A Senhora Vereadora defendeu o seu ponto de vista, e disse que não era ameaça nenhuma, mas que apenas tinha analisado os argumentos do Senhor Presidente, faltando analisar a resposta da visada. Considerando que era injusto, colocou a questão ao Senhor Presidente: “E se fosse o contrário? “Como analisaria um assunto? Acrescentou que “Para julgarmos os outros, temos de nos pôr no lugar deles.” Pediu desculpa ao Senhor Presidente, se interpretou como uma ameaça porque não era essa a sua intenção. -----

O Senhor Presidente assegurou que o Senhor Vereador e a Senhora Vereadora iriam ter acesso à resposta da visada e também ao seu despacho e a todo o processo. A Senhora Vereadora Sara Grou voltou a insistir para que lhe fosse explicada a razão pela qual a chefe de divisão de Gestão de Recursos reconduzida há um ano, foi agora exonerada. -----

O Senhor Vereador António Costa da Silva, questionou o Senhor Presidente, relativamente à ligação possível entre exoneração da antiga chefe de divisão e o assunto relativo ao pedido do visto prévio do Tribunal de Contas, uma vez que ela tinha alertado para a necessidade do referido visto e o Senhor Presidente, mediante pressão, pretendia fazer o pagamentos, sendo ela contra. As duas situações estão relacionadas, sim ou não? -----

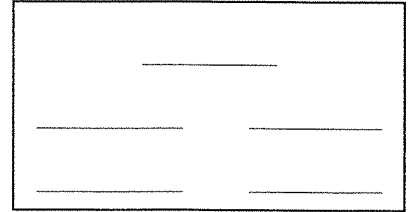
Respondeu o Senhor Presidente que afirmou nada ter a ver um assunto com o outro e explicou que entre os vários argumentos que enumerou no seu despacho, este é um deles. Pode dizer-se que a situação coincidiu com um conflito de opiniões. Aliás, houve várias alturas de conflito de opiniões – disse. -----

O Senhor Vereador Costa da Silva disse ainda que, à partida, podia fazer essa interpretação porque a anterior chefe de divisão estava “agarrada à lei” e o Senhor Presidente, contrariado, mesmo com o parecer da CCDR, tomou aquela decisão. -----

Respondeu o Senhor Presidente e disse que “era contrariado todos os dias e, se assim fosse, já não tinha funcionários.” -----

O Senhor Vereador António Costa da Silva referiu, mais uma vez, que foi uma surpresa e preocupação quando tomaram conhecimento da exoneração da pessoa em questão, pelas razões históricas, profissionalismo e tantos anos desta casa...-----

Este Vereador referiu também, à semelhança da Senhora Vereadora Sara Grou que a surpresa desta situação se deve também ao facto da recondução da antiga chefe de divisão ter acontecido há um ano. E relembrou que tinha sido dito numa reunião, que todos estavam admirados com esta situação, até porque o Senhor Presidente tinha feito uma recondução e não tinha dito à câmara. Daí ter feito a analogia sobre a exoneração da chefe de divisão e a situação do visto do Tribunal de Contas. Disse ainda que em defesa do nome da pessoa, está a tratar o assunto da forma mais correta, não entrando nos



temas do pormenor da carta de exoneração do Presidente e até receberem as alegações da chefe de divisão, não deverão fazer comentários. Neste contexto, perguntou este Vereador o que é que tinha levado a esta mudança tão “drástica” do executivo de, em tão pouco tempo, elogiar e a seguir exonerar. e reconhecendo o histórico da profissional, se o o Senhor Presidente, antes de exonerar, tinha tido uma conversa com a chefe de divisão, que é o que normalmente acontece dentro da ética, questão fundamental nas lideranças, que é falar com o funcionário e a pessoa tenta corrigir ou apresentar os objetivos que são para cumprir, sob pena de ter de sair. Assim, a pessoa luta para cumprir aqueles objetivos ou então, se quer exonerar uma pessoa, tem de se lhe apresentar as razões, antes de formalizar a decisão. Perguntou se o Senhor Presidente procedeu desta forma e se deu oportunidade à chefe de divisão de corrigir aquilo que o Senhor Presidente considerava uma falha. Por último, sendo este um serviço muito importante dentro dos serviços da câmara, qual é o “plano B”. Ou se deixa andar e logo se abre um concurso, ou já se tem alguém em vista para vir ajudar o Município de Viana do Alentejo. Tem de se resolver este problema porque estamos sem chefe de divisão numa área estruturante. -----

Interveio a Senhora Vereadora Sara Grou que questionou se até à data, a chefe de divisão, Dra. Maria d’Aires continuava em funções, uma vez que ainda não havia despacho do Senhor Presidente. -----

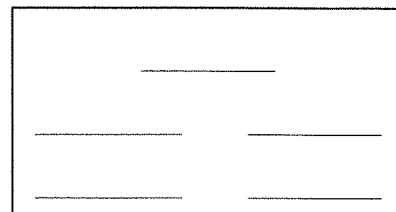
O Senhor Presidente respondeu que, naquele caso, havia duas: a chefe de divisão atual, porque ainda não houve despacho, e a pessoa que a está a substituir, Dra. Paula Coelho-----

Perguntou ainda a Senhora Vereadora Sara Grou: Se a Dra. Maria d’Aires está de férias e a Dra. Paula que, supostamente, irá entrar de férias, uma vez que tem estado a assegurar as reuniões de câmara, como se vai fazer com as ordens de pagamento? Não se pode nomear novo chefe de divisão porque ainda temos ao serviço a antiga chefe de divisão- disse. -----

O Senhor Presidente respondeu que iriam ter chefe de divisão, mas que até tinha ficado surpreendido porque esperava que quando a Dra. Paula entrasse de férias, já cá estivesse a Dra. Maria d’Aires, mas no dia anterior , tinha entrado nos serviços um atestado médico da antiga chefe de divisão.-----

Neste sentido, não conseguiu dar resposta à questão colocada pela Senhora Vereadora Sara Grou porque não estava a contar com esta situação. -----

Disse o Senhor Presidente que quanto ao plano B dependia de algumas coisas, nomeadamente da resposta de uma pessoa, que julga ser rápido. No que diz respeito à questão de agora ter sido exonerada a chefe de divisão e não há 1 ano e meio porque, quando a Dra. D’Aires foi reconduzida, através de uma nova comissão de serviço, o executivo apenas tinha seis de funções e ainda “não conheciam a casa” e não se tinham apercebido os problemas que todas as divisões tinham e não conseguiu dar a tenção a todas as ao mesmo tempo. Disse ainda que tinha a noção de algumas coisas, mas não tinha de outras e,



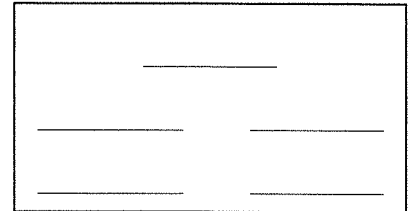
assim, não viu razão para não fazer a renovação da comissão de serviço e que não se podia dizer que era uma prova de confiança porque havia pouco tempo de trabalho com a Dra. Maria d'Aires. Passado um ano e tal, forma-se apercebendo que os serviços não estavam a corresponder às suas expetativas e quando isto acontece, há um responsável, que é o chefe de divisão. Por isso, não houve uma conversa anterior e isto reforça o que disse anteriormente porque aqui já havia uma acumulação de situações e já não havia "volta a dar". Se o método de trabalho desta dirigente não é o que se pretende para o município, não valia a pena estarem a "entender-se" num ponto, quando há vários em desacordo. -----

Interveio o Senhor Vereador António Costa da Silva que disse mais tarde fariam a avaliação dessa decisão da parte do executivo. Questionou novamente, este Vereador, se o Senhor Presidente tinha alertado a antiga chefe de divisão para os objetivos que tinha de cumprir ou se foi uma "atuação à PCP": "Não gosto, fora". Reforçou que para si, era uma questão de ética, falar com o trabalhador que tem uma história na casa e que não está a ir no bom caminho e passar-lhe objetivos para os próximos seis meses e a pessoa aceita ou não os objetivos. Se aceitar, vamos trabalhar com os objetivos estabelecidos entre as duas partes. Se não cumprir os objetivos, aí compreende-se perfeitamente a decisão, ou então, dar uma explicação.-----

Respondeu o Senhor Presidente que quanto à questão de "ser feito à PCP", não o afetava e que já tinha passado por um executivo anterior, em cujas reuniões de câmara, ele e outra pessoa, eram intitulados de comunistas, mas que isso não o afeta, é um homem independente, uma pessoa livre, foi eleito pela CDU, mas não é filiado na CDU e que o Senhor Vereador António Costa da Silva era filiado. Disse também que tinha respondido à questão colocada por este, relativamente ao facto de não ter falado antes com a chefe de divisão e ter decidido exonerá-la e recordou que, devido à acumulação de situações de desacordo e de situações que não vão de encontro à sua forma de trabalhar, considera que não há oportunidades de entendimento. -----

O Senhor Vereador Costa da Silva, voltou a referir que não tinha sido esclarecido quanto às questões atrás colocadas (criou objetivos, falou com a chefe de divisão).-----

O Senhor Presidente afirmou já ter respondido à questão e sublinhou que quando ele chegou à câmara, os objetivos já estavam criados. Reportou-se depois ao SIADAP do município porque só agora os trabalhadores estavam a regularizar os seus salários e que, nos últimos anos não tinham tido objetivos, mas que agora, felizmente, já tinham recebido o equivalente a 2021 e no dia 22 de setembro iriam receber os retroativos referentes a 2022. Portanto, os objetivos seriam um tema vasto para conversa... disse. Afirmou ainda que, em relação aos funcionários seguiu os objetivos que já estavam traçados e que são próprios do serviço, e que os tenta ajustar à sua pessoa. -----



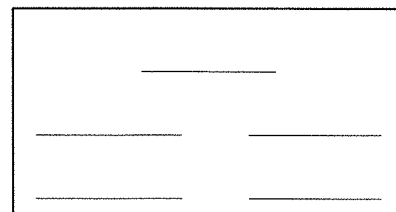
Interveio o Senhor Vereador Costa da Silva para alertar o Senhor Presidente para o facto de tal como ele, estava cá há mais de seis meses. O Senhor Presidente já estava na câmara há quatro anos e meio e que se lhe acontecesse ser candidato e ganhasse a câmara, já traria as suas opções internas de competências dentro da câmara. -----

O Senhor Presidente disse que, apesar das diferenças políticas entre os dois, haveria pontos em comum e acrescentou que se o Senhor Vereador António Costa da Silva viesse a ser Presidente, veria a grande diferença que é ser Vereador da oposição que vem às reuniões quinzenais e o Vereador que está em permanência, para não falar da comparação com o Presidente. Salientou a experiência que ganhou enquanto Vereador durante 4 anos e enquanto membro da Assembleia Municipal durante 12 anos, mas reforçou que não há comparação entre estas funções. A vantagem de se ser Vereador da oposição é quando se fala em dossiers, já não se estranha, mas que depois acontece o que lhe aconteceu a si, que não conhecia o conteúdo desses dossiers. Quando passou a estar permanentemente no município é que tomou conhecimento deles e disse que já tinha admitido que é muito mais fácil estar do outro lado, porque ele também já esteve, do que estar do lado de lá e tomar decisões e assumiu que já tomou algumas contrárias às que tinha enquanto Vereador e qualquer pessoa o fará se passar por aqueles processos. -----

O Senhor Vereador Costa da Silva interveio e referiu não concordar com o Senhor Presidente porque se apesar de estes Vereadores e Vereadoras não estarem em regime de permanência, não deixam de ter responsabilidades. Disse que o Senhor Presidente, enquanto Vereador não a tinha porque havia maioria absoluta no anterior executivo, o que não é o caso deste do qual faz parte. Por isso, qualquer decisão que seja tomada, eles enquanto Vereadores têm de ter o conhecimento pleno de tudo o que estão a deliberar, daí a razão de serem muito exigentes a pedir a documentação e fundamentação toda porque o nível de exigência é muito elevado. Isto até para evitar as tais penalizações a que o Presidente pode estar sujeito. -----

A Vereadora Sara Grou, ainda em relação ao assunto de exoneração do chede de divisão, salientou que não houve só coisas más porque a Dra. Maria d'Aires trabalhou com cinco Presidentes, cada um com a sua forma de gerir, com menos exigência no princípio, mas estes últimos mandatos com muito mais rigor e que ela o terá feito com toda a dignidade. Por isso, há que salvaguardar essa posição e enquanto funcionária desta câmara merece todo o respeito. Como costuma dizer "Os Presidentes e os Vereadores passam, os funcionários ficam!"-----

A Senhora Vereadora Sara Grou, a concluir a sua intervenção, apresentou uma Nota de Pesar pelo falecimento da Professora Gertrudes Pinto:



“As Vereadoras do Partido Socialista lamentam o falecimento da Professora Gertrudes Pinto, no passado dia 17 de agosto.

A partida precoce desta que foi uma excelente profissional, reconhecida pelos seus alunos e respetivos pais; uma boa colega e companheira deixa um vazio na escola onde lecionava, Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa.

Esposa do anterior Presidente do Município, Bernardino Bengalinha Pinto.

Ao seu marido, filhos e restante família, as nossas sentidas condolências.”

Disse esta Vereadora que se a nota de pesar que apresentou for aceite pelo executivo, solicita que a mesma seja enviada ao seu marido e família, bem como ao Agrupamento de Escolas de Viana do Alentejo, uma vez que foi Professora do referido Agrupamento, tendo em conta que a Professora Gertrudes não chegou a ser reformada e por toda a sua vida naquela escola.” -----

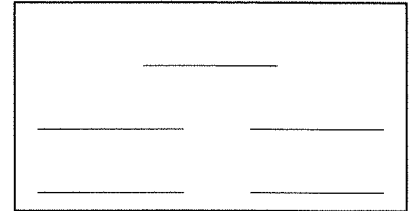
O Senhor Vereador António Costa da Silva referiu que também trazia esta nota de pesar pelo falecimento precoce da Professora Gertrudes, e por todas as circunstâncias de sofrimento, não só para a pessoa que parte, mas também para a família e também pelo facto de ser esposa do anterior Presidente da Câmara. Por tudo isto, merece a solidariedade total do executivo. -----

Disse ainda que sendo o anterior Presidente eleito pelo Partido Socialista, partiu do princípio que as Vereadoras deste Partido o fizessem. O Senhor Presidente da Câmara expressou também a sua solidariedade, afirmando que, este é um assunto difícil para si-----

O Senhor Vereador António Costa da Silva lamentou não ter podido estar presente para prestar a sua homenagem, mas estava fora do país. -----

Este Vereador questionou ainda o Senhor Presidente sobre o empréstimo do palco ao Município de Cuba, quando anteriormente tinham sido levantadas complicações à Junta de Freguesia de Alcáçovas sobre a cedência do mesmo palco, para a mesma data. Perante este cenário, a Junta de Freguesia de Alcáçovas solicitou um palco ao Município de Alvito. O Município de Viana do Alentejo alegou que não tinha disponibilidade para esta cedência, tendo em conta as inúmeras iniciativas a decorrer, e até sugeriu à Junta de Freguesia alterar a data da “Semana Cultural”. Esta situação causou alguma admiração, uma vez que o mesmo palco estava a cedido ao Município de Cuba. Realçou que, sendo uma opinião política clara, Alcáçovas (não a Freguesia) tem duas datas muito importantes que são o 4 de setembro (dia do tratado de Alcáçovas) e o 9 de setembro (dia da reunião dos Capitães de Abril e da preparação do 25 de Abril). Entende-se, assim, a razão do enquadramento destas datas na Semana Cultural e também para o município. -----

O Senhor Vereador deixou também uma felicitação ao “Almoço dos Ganhões” porque alterou a data da realização do evento e realçou a importância desta flexibilidade da organização desta iniciativa que,



dentro deste enquadramento de eventos, teve a inteligência de alterar a data. Disse ainda que é mais fácil alterar as datas destes eventos do que a da Feira D' Aires, por exemplo que se realiza sempre naquela data. Sublinhou ainda que esta flexibilidade é muito importante, não vale a pena duplicar eventos e assim "ganhamos todos" – disse. -----

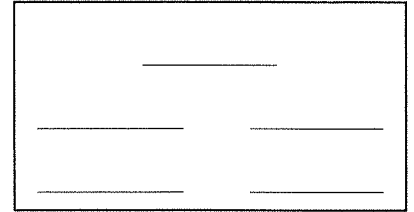
O Senhor Vereador António Costa da Silva mostrou também a sua preocupação, relativamente ao Associativismo e aos documentos a apresentar pelas associações, nomeadamente os documentos de prestação de contas e as atas das Assembleias Gerais. Assim, questionou se o município solicitava às associações tais documentos porque não é só a certidão de não dívida às Finanças e à Segurança Social. Deve-se exigir a tomada de posse dos órgãos e depois a apresentação aos sócios da sua atividade e das suas contas, é uma obrigação legal-disse. -----

Referiu que não queria especular, mais que tinha a informação que havia uma associação importante que não tem feito Assembleias Gerais, que não apresenta contas e continuava a receber apoios do município. -----

O Senhor Presidente começou por responder à última pergunta colocada pelo Senhor Vereador António Costa da Silva e esclareceu que, segundo o regulamento existente, o município não tem de pedir essas atas da Assembleia se não chegar aos cem mil euros, só a partir deste valor é que é obrigatório. Aquilo que o município é obrigado a pedir é o Plano de Atividades. No entanto-disse- pediu ao técnico responsável para solicitar as contas às associações, mas só as fornecerão se entenderem. Neste contexto, referiu que também é do seu interesse saber o que está a apoiar e que as associações tenham alguma "solidez e transparência", mas não pode dizer que não atribui o apoio porque o regulamento não o permite.-----

A senhora Vereadora Sara Grou interveio e disse que na Junta de Freguesia de Alcáçovas, durante a sua gestão, aquando da criação do Regulamento, pediam sempre a ata da tomada de posse e acrescentou que tinha a impressão de que no Regulamento da Câmara, esta ata também era exigida.

O Senhor Presidente disse que essa ata era, sim, solicitada e que tinha "ideia que era também exigida uma ata da Assembleia Geral com a aprovação das contas, mas que o técnico responsável garantiu que só solicitavam o que constava do Regulamento. O Senhor Presidente, ainda assim, deu indicações ao técnico que pedisse os documentos de aprovação de contas às associações, não a título de obrigatoriedade, mas se todos estiverem a trabalhar de "boa fé, não haverá problema. As associações podem não ter de apresentar à Câmara, mas devem ter isso aprovado pela Assembleia. Disse que fica esta nota a ter em atenção para a alteração ao Regulamento. Disse que concorda plenamente com esta mudança do "Almoço dos Ganhões" e que há muito que falava nela porque, até pelas características daquela festa está mais adequada ao tempo mais frio e recordou que muitas anos estão a comer



comidas pesadas com muito calor. Por estes motivos, considera que esta iniciativa deveria ter lugar um pouco mais tarde. Disse ainda que o Dia de São Martinho era o ideal para aquele evento. De qualquer forma, esta mudança já tinha facilitado o município e informou ainda que a primeira proposta da organização ia coincidir com outro evento e a Câmara alertou a Junta de Freguesia de Aguiar quanto à indisponibilidade de meios para assegurar aquela iniciativa. Disse ainda que foi a mesma postura que tiveram com a Junta de Freguesia de Alcáçovas e esclareceu que a Câmara não recusou a cedência do palco, o que foi dito foi que não havia trabalhadores para montagem do palco e que a Junta de Freguesia não disse : Então, emprestem-nos o palco!” . -----

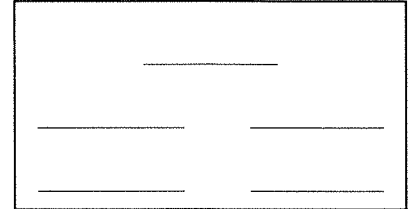
O Senhor vereador Joaquim Bento reforçou a informação do Senhor Presidente e referiu que tinha falado com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas e lhe tinha dito que câmara cedia o palco mas não tinha trabalhadores para o montar o palco, sendo que, ao mesmo tempo, no Paço dos Henriques havia outro palco de sete metros e meio que estava a ser montado, apenas por dois trabalhadores e não havia possibilidade de montar aquele de dez metros. Referiu que havia muitos trabalhadores de férias, outros de baixa médica e ainda tiveram de trabalhar o espaço da feira e fizeram a limpeza do Centro Cultural. Acrescentou o Senhor Presidente que, para além disso, estavam em vésperas da Feira D’Aires e de Semana Cultural. -----

Disse ainda o Senhor Vereador Joaquim Bento que, perante a indisponibilidade de funcionários para montar o palco, o Senhor Presidente da Junta afirmou que iria “desenrascar-se” por outro lado. Pediu o palco a Alvito, tendo falado com o Engenheiro João Lourenço e ele cedeu-lhe cinco funcionários para montar o palco. Este Vereador esclareceu ainda que o referido palco não está emprestado a Cuba e explicou que o palco tinha sido pedido para a festa do Outeiro, na semana anterior e Portel conseguiu arranjar um palco e já não precisou de vir buscar o da Câmara.

O senhor Presidente interveio e disse que o palco estava emprestado a São Bartolomeu do Outeiro nas mesmas condições, mas que se a Junta de Alcáçovas tivesse aceite as condições, seria óbvio que ter-lhe -ia sido emprestado. Foi dito à Comissão de Festas do Outeiro que o palco estaria disponível, na condição de o virem buscar e arranjam pessoas para o montar. Disse também que falou com o Senhor Presidente da Junta de Alcáçovas e que, apesar de não conseguir arranjar trabalhadores para a montagem do palco, faria um esforço para ceder um camião que transportasse o palco.

O Senhor Vereador António Costa da Silva, tomou a palavra novamente e sugeriu que com um bom planeamento e antecipação em alguns casos, com a marcação das iniciativas, poderá, futuramente, resolver esta situação porque “tudo ao mesmo tempo é impossível”.

Disse também que não lhe parece que a Junta de Freguesia tenha a capacidade ou os meios para fazer este trabalho, tem sempre de arranjar alguém que o faça.



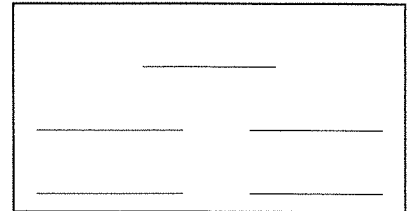
O Vereador Joaquim Bento interveio e enumerou os eventos que tinham decorrido nas semanas anteriores e que desde abril até ao momento, todos os fins de semana têm trabalhadores na montagem e desmontagem dos palcos, o que torna impossível planear essas situações. Explicou que o palco grande é usado apenas usado em alguns eventos, nomeadamente, “Abana Viana”, “Festa da Primavera”, “Feira D’ Aires” e “Semana Cultural” e que o grande problema, neste caso, é falta de pessoas para realizarem o serviço. Salientou que durante a semana em curso tinha quatro trabalhadores a montar tendas no jardim, montar o palco no Paço dos Henriques porque a Semana Cultural está a começar.

A Senhora Vereadora Sara Grou pediu desculpa e interveio, afirmando que, ao longo de oito anos esteve na Junta de Freguesia e sabe como as coisas funcionam. Nessa altura, a semana cultural não coincidia com outras festividades e sabendo da dificuldade desta situação, nos últimos anos optavam por alugar um palco, facilitando, assim, todo o processo. Uma empresa monta um palco em muito menos tempo, estes palcos da câmara são muito mais complicados de montar. Disse que o que tentavam fazer era deixar para o Paço todas as atividades que exigissem menos estrutura porque para terem o palco grande da câmara obrigava a que estivessem, pelo menos cinco pessoas a montar. Adiantou que, para terem o palco da câmara, sabiam, antecipadamente que só podiam ter os palcos rebaixados e optavam por fazer, por exemplo, uma noite de poesia, quando Paço passou a estar disponível, e as restantes atividades eram no coreto e no palco grande. Depois, havia as tasquinhas, que embora montadas pela empresa, as ligações da água eram feitas pela câmara. Adiantou que naquela altura a Semana Cultural não coincidia com a Feira D’Aires e agora também não. Disse ainda que a questão que se colocava era o facto de sermos um concelho com muitas festas e que havia sempre muita atribulação para se desmontar o palco entre uma festa e outra. -----

Disse o Senhor Vereador António Costa da Silva que a “Câmara não é nenhuma empresa de espetáculos”, havendo os meios, não há necessidade de se gastar dinheiro com empresas, quer a Câmara quer a Junta de Freguesia. Sugeriu que, como o concelho de Viana é um concelho que tem muitas festas, poderia ter a possibilidade de ver com a Comunidade Intermunicipal, no caso das tendas comprar em conjunto, fazer um plano de viabilidade económica e financeira para o distrito para poderem ter esse equipamento porque estes equipamentos “custam uma fortuna para todos- disse. -----

A Senhora Vereadora Sara Grou referiu que poderiam ter optado por não montarem o palco de sete metros e meio no Paço dos Henriques. -----

O Senhor Vereador Joaquim Bento interveio e disse que começaram a montar e depois tiveram de desmontar porque a Junta de Freguesia achou que estava muito alto e que iriam colocar os doze estrados mais baixos. Acrescentou ainda que, no dia anterior, um senhor que estava a arranjar a zona da

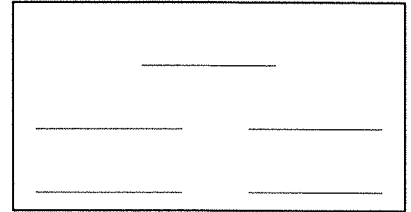


Feira D' Aires e que tiveram de parar com o trabalho porque o senhor teve de ir descarregar um camarim a Alcáçovas, portanto a câmara também ajuda a Junta de Freguesia de Alcáçovas.

Respondeu o Senhor Vereador António Costa da Siva, afirmando que é assim que se deve fazer, sempre praticando o princípio de evitar gastar dinheiro porque faz falta às instituições, sobretudo porque os preços estão cada vez mais caros e voltou a reforçar a ideia da importância de um planeamento, ajustar com as entidades as datas, é tudo uma questão de organização, acreditando que se tenha tentado proceder dessa forma. -----

O Senhor Presidente afirmou que tentaram e sugeriram que a data não fosse alterada, embora a maioria das associações não concordasse e ainda sublinhou que não tem a ver com a data em si, mas com o facto de ser uma altura em que há muitas iniciativas e exemplificou que a "Feira D'Aires não acontece só naquele fim de semana". Para a Câmara, a montagem e preparação das estruturas já tinha começado há muito tempo, se fosse o caso de ser a primeira iniciativa, não haveria problema, mas com todas as iniciativas anteriores há um encadeamento que não permite essa disponibilidade. Disse ainda que os trabalhadores costumavam fazer este serviço em tempo "record" e não tinham "massa humana" para fazer tal serviço. Reforçou, para que não restassem quaisquer dúvidas, que a Câmara estava a apoiar a Junta de Freguesia de Alcáçovas e a Semana Cultural, a montar o palco e os stands. Portanto, a câmara não recusou o apoio à Junta de Freguesia, não se pode é pensar que, pelo facto de não poder apoiar num aspeto, signifique que não se está a apoiar. A câmara está a fazer aquilo que pode-disse. Referiu que a câmara não se pode comprometer com uma coisa que, à partida, sabe que não pode fazer. -----

O Senhor Vereador António Costa da Silva voltou a intervir, afirmando que estava esclarecida esta questão e voltou a abordar um tema que já tinha trazido à reunião de câmara. Disse este vereador que, no dia anterior tinha havido um acidente em Alcáçovas, na mesma estrada onde há poucos meses tinha acontecido outro. Recordou que já tinha feito a sugestão de que a entrada da Rua de Alcácer no sentido Torrão, fosse feita num só sentido, pelo menos aquele pedaço, evitar que os carros entrem com a parte da frente na estrada e bater em algum carro, mais descuidado, que possa vir na Nacional 2. Isto está a acontecer com frequência e, no dia anterior, tinha havido um acidente muito grave. Este Vereador designou o local como "ponto negro", expressão usada na gíria rodoviária. Disse ainda que estava convencido se que a Nacional 2, circulando dentro da normalidade, tal como se entra na rua de Alcácer, entrando só naquele sentido, quando se vai em direção ao Paço dos Henriques e à Praça da República, evita-se que os carros venham no outro sentido e fazer a mesma coisa do outro lado da estrada, ou seja ser uma entrada e não uma saída. Atualmente, os condutores têm de arriscar para entrar na estrada, não têm alternativa. Este Vereador disse que em Viana do Alentejo, havia uma situação semelhante com o cruzamento do restaurante "Três Bicas", onde as pessoas também têm de ir "metendo" o carro e



mesmo com o espelho, a visibilidade não é completa e se houver carros estacionados junto à fonte, perde-se a visibilidade e as pessoas têm de se atravessar. Referiu ainda que “há outra coisa que está a ser um equívoco em Alcáçovas por causa da Nacional 2” e que diz respeito ao roteiro que leva as pessoas para a Rua de São Francisco que era a antiga Estrada Nacional 2. A Rua de São Francisco é uma rua paralela e as pessoas passam dois “Stops” a acelerar, convencidos que estão na estrada principal. -----

Houve também aqui um acidente com uma carrinha da Misericórdia, que não conhecia o sítio e convenceu-se que está na estrada principal, orientado pelo GPS. -----

O Senhor Presidente disse concordar com o Senhor Vereador António Costa da Silva e agradeceu as sugestões, uma vez que “sabe o que há de fazer àquele cruzamento” – disse. Apesar de terem reforçado os espelhos, tem um sinal de Stop, mas o que se passa é que também há descuido dos condutores e depois, quem leva a “pancada”, normalmente é quem vem na Nacional 2, a circular descontraidamente. Se os condutores não respeitam a sinalização, dão acidentes graves. -----

Disse o Senhor Vereador Costa da Silva que quem vai devagar ali, é que é sempre o culpado porque há um sinal de Stop, mas os condutores têm de arriscar a meter o carro porque, mesmo com os espelhos, não há visibilidade suficiente porque estrada faz “um nó”. -----

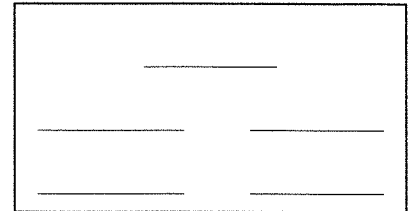
Disse o Senhor Presidente que dos acidentes que já aconteceram ali, quem sofreu mais foram aqueles que transitavam na Nacional 2 devido ao facto de não se cumprir a sinalização. Se esta fosse respeitada, não aconteciam estes acidentes. -----

O Senhor Vereador António Costa da Siva disse que o problema ali tem a ver com a informação dada pelos espelhos em relação à parte de baixo porque a rua fica estreita, dado haver uma casa que fica no meio e não parecer ser uma nacional. Os condutores vão na direção da casa e depois entram na estrada, ou seja, quem olha para os espelhos, há um momento em que não se apercebe se vem alguém, o que os leva a arriscar até ver e quando entram na estrada, vêm os outros condutores “embalados” e batem-lhe. Este Vereador deu o exemplo de uma condutora, que tinha carta há menos de três anos, a quem isso aconteceu, ficou sem carta e teve de voltar a fazer o processo todo. Por isso, voltou a reforçar a ideia de que se aquela estrada deixasse de ter acesso à Estrada Nacional 2, fosse apenas uma estrada de saída, está convencido de que o problema ficaria resolvido. -----

A Senhora Vereadora Sara Grou questionou acerca da listagem dos projetos da CIMAC que tinha ficado de enviar e perguntou qual tinha sido o projeto que tinha priorizado. -----

O senhor Presidente respondeu que, de momento, não se recordava porque tinham várias classificações como prioridade e não colocaram apenas um, deram prioridade a mais do que um. -----

A Vereadora solicitou, então, que lhe fosse enviada a referida lista de projetos ao que o Senhor Presidente respondeu que iria pedir à Técnica do município que tratasse do assunto. -----



A Vereadora Sara Grou solicitou também o caderno de encargos, tendo em conta que tinha surgido uma dúvida em relação à proteção dos serviços da Quinta da Joana. A Vereadora disse que não tinha a certeza se existia só o caderno de encargos ou adenda ao respetivo caderno de encargos. -----

Respondeu o Senhor Presidente, afirmando que existe um contrato e um anexo ao contrato. -----

A Vereadora Sara Grou solicitou, mais uma vez, o dito caderno de encargos para que estas dúvidas fossem esclarecidas. -----

Referiu-se depois à lavagem de contentores, e tendo em conta os dias mais quentes, há pessoas que se têm queixado do cheiro, não ignorando o facto de haver muitas pessoas que não têm qualquer cuidado e ditam o lixo diretamente para o contentor em vez de o colocarem antes nos sacos do lixo. Nesse âmbito, questionou qual a periodicidade da lavagem dos contentores. Talvez fosse necessário intensificar estas lavagens, nesta altura do verão, especialmente porque se prevê outra vaga de calor-disse. Assim, evitar-se-iam estas reclamações e além disso não esquecer que se torna um perigo para a saúde pública. -----

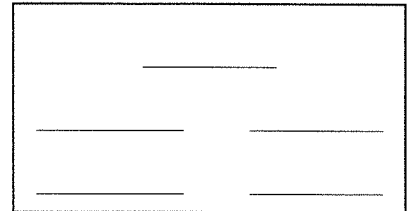
Outra questão colocada pela Senhora Vereadora Sara Grou foi sobre a bactéria “pseudomonas aeruginosa” que foi detetada na piscina intermédia de Alcáçovas e perguntou se estava já controlada ou ainda não conseguiram o controlo total. A preocupação reside no facto de esta bactéria ser altamente contagiosa e ser bastante perigosa. Diz que, ultimamente se tem assistido a muitas situações que possam estar relacionadas com este tipo de bactéria, tais como situações de otites, infeções respiratórias... Disse ainda que, como deve ser do conhecimento de todos, apesar de os vírus se transmitirem com mais facilidade, as bactérias também têm facilidade em se transmitir. Neste contexto, questionou se a referida bactéria já tinha sido totalmente erradicada daquele sítio. -----

Acrescentou que não sabia se o Presidente estaria em condição de responder à questão que tinha sido colocada, anteriormente à Senhora Vice-Presidente e que estava relacionada com assunto dos fardamentos do pessoal e que a Senhora Vice-Presidente terá dito que não tinha conhecimento do ponto de situação. -----

Disse a Senhora Vereadora que as pessoas perguntam sobre o fardamento e que ela ficou de saber o que se passava, de forma a podê-los informar. -----

Respondeu que este assunto estava em curso o procedimento. Em relação à bactéria tem sido “aborrecido”, mas que prefere proceder como até aqui. Interrompeu a Senhora Vereadora Sara Grou para perguntar se nos outros tanques não tinha sido detetada a referida bactéria- -----

Disse o Senhor Presidente que a ordem que havia e até já tinha dito à Técnica é que não é preciso perguntar. Assim que a bactéria é detetada, deve encerrar-se imediatamente. Fecharam, fizeram a segunda análise e ela persistia, por isso, manteve-se a piscina fechada. No final daquele dia de hoje, haveria de chegar a nova análise e se se correr algum risco, a piscina encerra- assegurou. -----



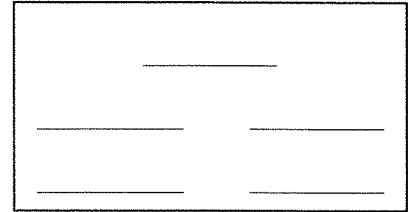
Reconheceu que há pessoas que não concordam, não compreendem e o criticam por isso e disse que teve a informação do Delegado de Saúde que uma das principais causas é a não utilização do “lava-pés”. A Senhora Vereadora Sara Grou alertou para a necessidade destes “lava-pés” terem circulação ao serem mudados, casos contrários vão continuar a aproveitar-se e até nos relvados.

Quanto à lavagem dos contentores, a mesma está a ser feita de três em três meses, tal como referido pelo Senhor Vereador Joaquim Bento, ou seja, com a regularidade habitual. Disse também que há sítios onde as pessoas têm cuidado e aqui não há necessidade de passar tantas vezes, há outros onde é preciso ter mais atenção. Há sítios onde a lavagem foi feita há um mês e já está a precisar, por exemplo. De qualquer forma, disse concordar com a opinião da Senhora Vereadora Sara Grou e adiantou que o que se tem estado a fazer é recolher o contentor e deixar outro lavado no mesmo sítio porque se torna mais fácil e menos dispendioso. Disse também que, caso haja casos específicos, agradece que lhe deem conhecimento para se poder solucionar. -----

Interveio a Senhora Vereadora Rita Rafael e disse que na reunião de câmara do dia 2 de agosto, a Arquitecta Maria João tinha estado presente e informou que, em relação às casas pré-fabricadas de Aguiar, iria ser feita uma abordagem jurídica para posterior lançamento do concurso. O que se questiona é se há novos desenvolvimentos e reforçou a extrema importância do assunto para a população de Aguiar. Nessa reunião, disse esta Vereadora também se tratou do assunto da Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa, frisou-se que apenas vinte por cento da obra estava concretizada e se a quatro meses do final do ano existem motivos para se preocuparem com a conclusão da mesma. Perguntou também qual era o ponto de situação relativamente ao concurso do bar do cineteatro e para finalizar questionou sobre o dia doze de agosto, “Dia Mundial da Juventude”, e que atividades tinham sido realizadas para assinalar a data. -----

De seguida, o Senhor Presidente da Câmara solicitou ao chefe de gabinete que esclarecesse a matéria referente às casas pré-fabricadas. -----

Na sua intervenção, o chefe de gabinete, cumprimentou os presentes afirmou que foi recebido o caderno de encargos para o lançamento do concurso, esteve em avaliação nos serviços, havendo algumas questões com as quais o executivo não concorda, até porque o caderno de encargos que a empresa enviou inclui aspetos que não são financiados e, portanto, vai ter de ser reformulado. Disse ainda já estar identificada a lista das incongruências aí encontrada e adiantou que, na semana seguinte, haveria uma reunião com a consultora, de forma a “afinar” alguns aspetos e o caderno de encargos ficar pronto para o lançamento do concurso. Assim que o concurso for lançado, pode-se fazer a candidatura ao IHRU - Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, mas antes tem de ser lançado o concurso para a construção dos fogos.-----



O senhor Presidente agradeceu a intervenção do chefe de gabinete e prosseguiu, manifestando, também, a sua preocupação com a Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa, contudo, pelo que sabe, “as coisas estão a andar normalmente” e disse até receio de falar sobre o assunto. Acrescentou que iria, desta vez, estar presente na reunião de obra, na terça-feira seguinte para tentar perceber se tem ou não motivos para ficar preocupado. Disse estar bastante atento e que era uma preocupação. Em relação ao bar do cineteatro informou que o concurso tinha ficado deserto, o que lhes permite fazer uma adjudicação direta e, entretanto, apareceu uma senhora que se mostrou interessada e que tinha estado já a ver as instalações e pediu alguma intervenção, pelo que terão de fazer algumas intervenções, que não deverão demorar muito. Disse que o espaço tem balcões muito bonitos, mas nada práticos, para além de roubar espaço à casa. Disse ainda que, inicialmente, tinha sido pensado em ser utilizado pelo lado do cinema, contudo não funciona. Não é prático abrir esse lado nos dias de espetáculo por causa do barulho, situação que já tinha questionado. Disse que acreditava que em breve teria a concessão do bar feita. -----

Relativamente ao dia 12 de agosto, não tendo a certeza das atividades desenvolvidas, o Senhor Presidente solicitou a ajuda da secretária de apoio à vereação que explicou que a data tinha sido assinalada na página do facebook e tinha ficado combinado com a Senhora Vereadora Paula Neves e com os Técnicos da Divisão de Cultura da Câmara que seria depois realizada uma festa de final de verão, que iria coincidir com o início do ano letivo e dirigida aos jovens. A referida festa será na piscina com a colaboração das associações jovens do concelho, a qual será divulgada posteriormente. -----

A Senhora Vereadora Rita Rafael deixou uma sugestão para situações futuras, por exemplo oferecer uma entrada nas piscinas, neste dia. O Senhor Presidente disse que seria uma situação a incluir no Regulamento, tendo em conta que não está previsto. Adiantou que iria ver qual a melhor forma de tratar este assunto e que partilhava da opinião da Senhora Vereadora Rita Rafael. -----

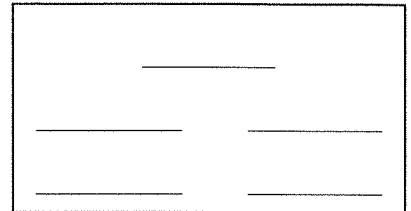
Passou de imediato à Ordem de Trabalhos: -----

Ponto um) Proposta de aprovação da ata em minuta – A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a ata em minuta no final da reunião. -----

Ponto dois) Informação sobre a Atividade da Câmara- A Câmara tomou conhecimento da atividade da câmara realizada entre 12 e 25 de agosto de 2023. -----

Ponto três) Proposta de aprovação da ata relativa à reunião ordinária de 2 de agosto de 2023- O

Senhor Presidente informou que este ponto seria retirado da Ordem de Trabalhos, uma vez que a ata não tinha sido concluída a tempo. Referiu também que a Dra. Paula Coelho tem estado sozinha, nesta altura de férias e com acréscimo de trabalho, pelo que não foi possível a conclusão da ata. -----



Disse também que a técnica da Divisão de Gestão de Recursos, Salomé Pires estava a gozar férias e tinha feito o favor de estar presente na reunião. -----

Ponto quatro) Autorização para desencadear o procedimento de conceção do Regulamento Municipal dos Pavilhões Gimnodesportivos e da Nave do Centro Social de Aguiar - Relativamente a ponto da Ordem de Trabalhos, a Senhora Vereadora Sara Grou referiu que, embora já tivessem sido esclarecidos pelo chefe de gabinete do Senhor Presidente, alguns aspetos deste assunto que gostaria de sublinhar, nomeadamente o facto de a obra já ter sido inaugurada há cinco meses, e ter estado parada há algum tempo, portanto, este procedimento já poderia ter sido desencadeado. Seguidamente, referiu-se aos pavilhões, uma vez que se vai aproveitar e fazer um Regulamento conjunto. Salientou que o Pavilhão de Alcáçovas também permite a realização de jogos de hóquei em patins, facto que o pavimento do Pavilhão de Viana não permite. Assim, deveria ser incluído, para o caso de ser solicitado para a realização desses jogos. -----

O Senhor Presidente confirmou o que já tinha sido informado pelo chefe de gabinete, relativamente ao facto de não haver Regulamento e disse que todas estas notas eram importantes, tendo em conta que se vai fazer um regulamento, que se faça o mais “abrangente possível”. -----

A Senhora Vereadora Sara Grou disse que se tinham realizado jogos bastante interessantes no Pavilhão de Alcáçovas e que foram do agrado das pessoas.-----

Não havendo mais intervenções, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Ponto cinco) Proposta de atribuição do Cartão Social do Reformado, Pensionista e Idoso-A Senhora Vereadora Sara Grou alertou para a situação do munícipe de Alcáçovas, Mário Monteiro Arcadinho, que já faleceu, vítima de doença oncológica, há cerca de um mês, evitando, assim, o envio do cartão.-----

Nos termos da proposta da Divisão de Educação, Saúde e Intervenção Social e ao abrigo do Regulamento Municipal de Atribuição do Cartão Social do Reformado, Pensionista e Idoso, a Câmara deliberou atribuir o Cartão Social do Reformado, Pensionista e Idosos aos seguintes munícipes: -----

Frequesia de Alcáçovas:

- Maria Augusta Santos Sim Sim Arcadinho -----

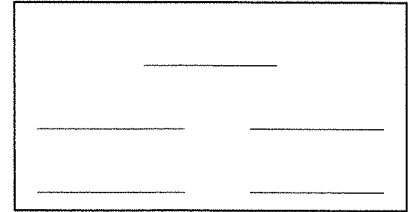
- Manuel Joaquim Prates dos Santos -----

Frequesia de Viana:

- Antónia da Conceição Pinto Pelado bento -----

Ponto seis) Proposta de renovação Cartão Social do Reformado, Pensionista e Idoso- Nos termos da proposta da Divisão de Educação, Saúde e Intervenção Social a Câmara deliberou por unanimidade a renovação do Cartão Social do Reformado, Pensionista e Idoso aos seguintes munícipes de Alcáçovas: ----

- Maria Manuel Murcha Arcadinho -----



- Francisco José Jesus Canelas -----

Ponto sete) Proposta de listagens, referentes à Ação Social Escolar 2023/2024 - Nos termos da proposta da Divisão de Educação, Saúde e Intervenção Social a Câmara deliberou por unanimidade a atribuição dos seguintes apoios, no âmbito da Ação Social Escolar 2023/2024: -----

- Ana Roque Ribeiro de Oliveira, a frequentar o Ensino Pré-Escolar em Alcáçovas, subsídio de almoço, escalão A; -----

- À aluna Carolina Isabel G. Matos Bagão Fava, a frequentar o Ensino Pré-Escolar em Alcáçovas, subsídio de almoço, escalão B; -----

- Ao aluno Frederico Coelho Serafim, a frequentar o Ensino Pré-Escolar em Alcáçovas, subsídio de almoço, escalão A; -----

- À aluna Giovana Barão Flores, a frequentar o Ensino Pré-Escolar em Alcáçovas, subsídio de almoço, escalão A; -----

- Ao aluno Gustavo Mendes Nunes, a frequentar o Ensino Pré-Escolar em Alcáçovas, subsídio de almoço, escalão B; -----

- À aluna Isabel Jones Metrogos, a frequentar o Ensino Pré-Escolar em Alcáçovas, subsídio de almoço, escalão B; -----

- Ao aluno João Ferreira Santos Júlio Grosso, a frequentar o Ensino Pré-Escolar em Alcáçovas, subsídio de almoço, escalão B; -----

- À aluna Mafalda Isabel Almeida Coxola, a frequentar o Ensino Pré-Escolar em Alcáçovas, subsídio de almoço, escalão B; -----

- À aluna Maria Ferreira Santos Júlio Grosso, a frequentar o Ensino Pré-Escolar em Alcáçovas, subsídio de almoço, escalão B; -----

Ao aluno Nuno Miguel Valente Farinho, a frequentar o Ensino Pré-Escolar em Alcáçovas, subsídio de almoço, escalão A; -----

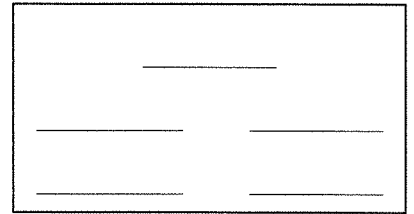
- À aluna Raissa Flores Ciríaco, a frequentar o Ensino Pré-Escolar em Alcáçovas, subsídio de almoço, escalão A; -----

- Ao aluno Simão Barbosa Sítima, a frequentar o Ensino Pré-Escolar em Alcáçovas, subsídio de almoço, escalão A; -----

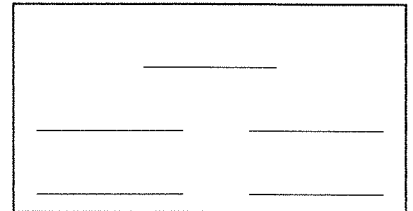
- À aluna Susana Carda Flores, a frequentar o Ensino Pré-Escolar em Alcáçovas, subsídio de almoço, escalão A; -----

- Ao aluno Afonso Fialho Sabarigo, a frequentar o Ensino Pré-Escolar em Viana do Alentejo, subsídio de almoço, escalão B; -----

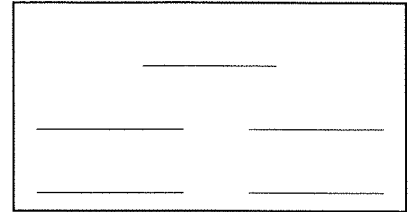
-Ao aluno Francisco Alexandre Grenho Bravinho, a frequentar o Ensino Pré-Escolar em Viana do Alentejo, -----



- subsídio de almoço, escalão B; -----
- À aluna Guiomar Pinto Duarte, a frequentar o Ensino Pré-Escolar em Viana do Alentejo, subsídio de almoço, escalão B; -----
 - À aluna Joana Quaresma Guerra, a frequentar o 1º ciclo do Ensino Básico, em Aguiar, apoio nas visitas de estudo e subsídio de almoço (ambos escalão B); -----
 - Ao aluno Mateus José Pão Mole Matos, a frequentar o 1º ciclo do Ensino Básico, em Aguiar, apoio nas visitas de estudo e subsídio de almoço(ambos escalão B); -----
 - Ao aluno João Pedro Pão –Mole Parreira, a frequentar o 1º ciclo do Ensino Básico, em Aguiar, apoio nas visitas de estudo e subsídio de almoço (ambos escalão B; -----
 - À aluna Anabela da Silva Flores, a frequentar o 1º ciclo do Ensino Básico, em Alcáçovas, apoio nas visitas de estudo e subsídio de almoço(ambos escalão A; -----
 - Ao aluno Carlos da Silva Flores, a frequentar o 1º ciclo do Ensino Básico, em Alcáçovas, apoio nas visitas de estudo e subsídio de almoço (ambos escalão A; -----
 - À aluna Ester Ribeiro de Oliveira, a frequentar o 1º ciclo do Ensino Básico, em Alcáçovas, apoio nas visitas de estudo e subsídio de almoço (ambos escalão A; -----
 - À aluna Fabiana Flores Ciríaco, a frequentar o 1º ciclo do Ensino Básico, em Alcáçovas, apoio nas visitas de estudo e subsídio de almoço (ambos escalão A); -----
 - Ao aluno João Marco Barão Flores, a frequentar o 1º ciclo do Ensino Básico, em Alcáçovas, apoio nas visitas de estudo e subsídio de almoço (ambos escalão A); -----
 - Ao aluno João Pedro da Silva Flores, a frequentar o 1º ciclo do Ensino Básico, em Alcáçovas, apoio nas visitas de estudo e subsídio de almoço (ambos escalão A); -----
 - À aluna Letícia Lima da Silva, a frequentar o 1º ciclo do Ensino Básico, em Alcáçovas, apoio nas visitas de estudo e subsídio de almoço (ambos escalão B);-----
 - Ao aluno Lourenço Maurício Lagarto, a frequentar o 1º ciclo do Ensino Básico, em Alcáçovas, apoio nas visitas de estudo e subsídio de almoço (ambos escalão B); -----
 - Ao aluno Luís Miguel Branco Bagão, a frequentar o 1º ciclo do Ensino Básico, em Alcáçovas, apoio nas visitas de estudo e subsídio de almoço (ambos escalão B); -----
 - À aluna Madalena Martins Silvestre, a frequentar o 1º ciclo do Ensino Básico, em Alcáçovas, apoio nas visitas de estudo e subsídio de almoço (ambos escalão B); -----
 - Ao aluno Manuel Ferreira S.J. Grosso, a frequentar o 1º ciclo do Ensino Básico, em Alcáçovas, apoio nas visitas de estudo e subsídio de almoço (ambos escalão B); -----
 - À aluna Maria Helena Bonito Lima, a frequentar o 1º ciclo do Ensino Básico, em Alcáçovas, apoio nas visitas de estudo e subsídio de almoço (ambos escalão B); -----



- À aluna Maria Manuela Cardas Flores, a frequentar o 1º ciclo do Ensino Básico, em Alcáçovas, apoio nas visitas de estudo e subsídio de almoço (ambos escalão A);
- À aluna Mariana da C.C. Torradinhas, a frequentar o 1º ciclo do Ensino Básico, em Alcáçovas, apoio nas visitas de estudo e subsídio de almoço (ambos escalão B); -----
- Ao aluno Miguel Arcadinho Amaro, a frequentar o 1º ciclo do Ensino Básico, em Alcáçovas, apoio nas visitas de estudo e subsídio de almoço (ambos escalão B); -----
- Ao aluno Miguel Galvão da Silva, a frequentar o 1º ciclo do Ensino Básico, em Alcáçovas, apoio nas visitas de estudo e subsídio de almoço (ambos escalão B); -----
- Ao aluno Pedro Miguel José Banha, a frequentar o 1º ciclo do Ensino Básico, em Alcáçovas, apoio nas visitas de estudo e subsídio de almoço (ambos escalão A);
- À aluna Rafaela Barão Flores, a frequentar o 1º ciclo do Ensino Básico, em Alcáçovas, apoio nas visitas de estudo e subsídio de almoço (ambos escalão A); -----
- Ao aluno Vicente de Sousa Padeirinha, a frequentar o 1º ciclo do Ensino Básico, em Alcáçovas, apoio nas visitas de estudo e subsídio de almoço (ambos escalão A); -----
- À aluna Alexa Isabel da Rosa Lobo, a frequentar o 1º ciclo do Ensino Básico, em Viana do Alentejo, apoio nas visitas de estudo e subsídio de almoço (ambos escalão A); -----
- Carolina Pires Monte, a frequentar o 1º ciclo do Ensino Básico, em Viana do Alentejo, apoio nas visitas de estudo e subsídio de almoço (ambos escalão B); -----
- À aluna Catarina Carvalho Farrica, a frequentar o 1º ciclo do Ensino Básico, em Viana do Alentejo, apoio nas visitas de estudo e subsídio de almoço (ambos escalão B); -----
- Ao aluno David Rafael dos Santos Pereira, a frequentar o 1º ciclo do Ensino Básico, em Viana do Alentejo, apoio nas visitas de estudo e subsídio de almoço (ambos escalão B); -----
- Ao aluno Duarte Filipe Samora dos Santos, a frequentar o 1º ciclo do Ensino Básico, em Viana do Alentejo, apoio nas visitas de estudo e subsídio de almoço (ambos escalão A); -----
- Ao aluno Fábio Destapado Catatã, a frequentar o 1º ciclo do Ensino Básico, em Viana do Alentejo, apoio nas visitas de estudo e subsídio de almoço (ambos escalão B); -----
- Ao aluno Leandro Miguel Pereira Faias, a frequentar o 1º ciclo do Ensino Básico, em Viana do Alentejo, apoio nas visitas de estudo e subsídio de almoço (ambos escalão A); -----
- À aluna Leonor Paulino Viegas, a frequentar o 1º ciclo do Ensino Básico, em Viana do Alentejo, apoio nas visitas de estudo e subsídio de almoço (ambos escalão B); -----
- À aluna Luana Isabel Grenho Bravinho, a frequentar o 1º ciclo do Ensino Básico, em Viana do Alentejo, apoio nas visitas de estudo e subsídio de almoço (ambos escalão B); -----
- À aluna Madalena Relíquias Saldanha, a frequentar o 1º ciclo do Ensino Básico, em Viana do Alentejo,



- apoio nas visitas de estudo e subsídio de almoço (ambos escalão B); -----
- Ao aluno Miguel Lima Fialho, a frequentar o 1º ciclo do Ensino Básico, em Viana do Alentejo, apoio nas visitas de estudo e subsídio de almoço (ambos escalão B); -----
 - À aluna Nicole Isabel Magoito Galvão, a frequentar o 1º ciclo do Ensino Básico, em Viana do Alentejo, apoio nas visitas de estudo e subsídio de almoço (ambos escalão A); -----
 - Ao aluno Rafael Gustavo Moreira Ginja, a frequentar o 1º ciclo do Ensino Básico, em Viana do Alentejo, apoio nas visitas de estudo e subsídio de almoço (ambos escalão A); -----
 - Ao aluno Rodrigo Filipe Pereira, a frequentar o 1º ciclo do Ensino Básico, em Viana do Alentejo, apoio nas visitas de estudo e subsídio de almoço (ambos escalão A); -----
 - Ao aluno Salvador Grilo Amante, a frequentar o 1º ciclo do Ensino Básico, em Viana do Alentejo, apoio nas visitas de estudo e subsídio de almoço (ambos escalão B); -----
 - Ao aluno Tiago Relíquias Saldanha, a frequentar o 1º ciclo do Ensino Básico, em Viana do Alentejo, apoio nas visitas de estudo e subsídio de almoço (ambos escalão B); -----
 - Ao aluno Vicente Carneiro Finto, a frequentar o 1º ciclo do Ensino Básico, em Viana do Alentejo, apoio nas visitas de estudo e subsídio de almoço (ambos escalão B); -----

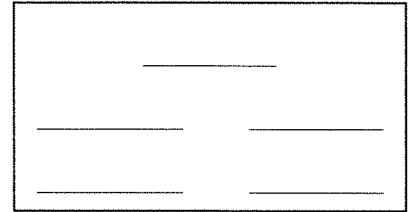
Ponto oito) Proposta de atribuição de apoio de 50% no custo do passe escolar dos alunos do ensino secundário que frequentarão estabelecimentos de ensino fora deste concelho no ano letivo de 2023/2024-

Nos termos da proposta da Divisão de Educação, Saúde e Intervenção Social a Câmara deliberou por unanimidade a atribuição de apoio de 50% no custo do passe escolar dos alunos do ensino secundário que frequentarão estabelecimentos de ensino fora deste concelho no ano letivo de 2023/2024: -----

- Carolina Rodrigues Cid, da freguesia de Alcáçovas, matriculada no 10º ano do Curso Científico-Humanístico de Ciências Socioeconómicas; -----
- Maria Leonor Grilo Roberto, da freguesia de Viana do Alentejo, matriculada no 10º ano do Curso Científico- Humanístico de Artes Visuais; -----
- Pedro Branco Teigão, da freguesia de Viana do Alentejo, matriculado no 10º ano do Curso Científico-Humanístico de Ciências Socioeconómicas; -----
- Raquel Sofia Mamede Ferrão, da freguesia de Viana do Alentejo, matriculada no 12º ano do Curso Científico- Humanístico de Artes Visuais; -----

Ponto nove) Proposta de atribuição da lista de ordenação final de candidatos a admitir para atribuição de lotes na horta comunitária e da abertura de novo procedimento de candidaturas-

O Senhor Presidente informou que este procedimento seria por sete meses e que habitualmente era feito por



vinte dias ou um mês. Depois da sugestão, passou a sete meses, o que implica ter alguma margem e não estar sempre a ser apresentado nas reuniões de câmara. -----

Esclarecido este ponto da Ordem de Trabalhos, a câmara deliberou por unanimidade a aprovar a lista de ordenação final de candidatos a admitir para atribuição de lotes na horta comunitária e da abertura de novo procedimento de candidaturas. -----

Tendo sido rececionada uma candidatura, a mesma foi analisada e avaliada de acordo com o disposto nos Artigos 7º e 8º do Regulamento das Hortas Comunitárias no Concelho de Viana do Alentejo, sendo atribuído o lote 37 a Sónia Alexandra Rosado Cananão. -----

Ponto dez) Proposta de ratificação do despacho da Senhora Vice-Presidente da Câmara de 18 de agosto de 2023, que autorizou a emissão de licença para a realização de um evento (vacada popular), inserido nas Festa na Vila 2023, em Viana do Alentejo, no dia 19 de agosto de 2023, promovido pela

Associação Equestre de Viana do Alentejo- A câmara deliberou por unanimidade ratificar o despacho da Senhora Vice-Presidente de 18 de agosto de 2023, que autorizou a emissão de licença para a realização de um evento(vacada popular), no dia 19 de agosto de 2023, requerida pela Associação Equestre de Viana do Alentejo, no âmbito das “Festas na Vila 2023”, a ter lugar na Quinta da Joana, pelas 2.00h.-----

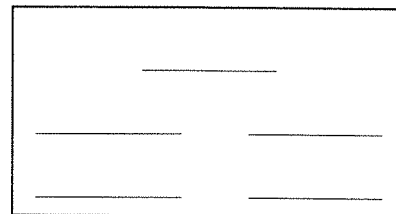
O Senhor Presidente fez referência a este evento, que surgiu da colaboração entre a Câmara Municipal e a Associação Equestre e que veio substituir a iniciativa “Festa da Minha Terra”. Disse o Senhor Presidente que a organização conjunta deste evento veio facilitar o trabalho da câmara, tendo em conta as inúmeras atividades a decorrer no concelho, nesta altura e assim, foi proposta esta parceria àquela Associação, que aceitou. Acrescentou também que, por esta razão, o valor do apoio atribuído é um pouco mais elevado. - -----

Ponto onze- Proposta de emissão de licença especial de ruído, solicitada pela Junta de Freguesia de Aguiar para a realização de um evento (animação), no dia 9 de setembro de 2023 e isenção do pagamento das respetivas taxas e corte da via pública. – A câmara deliberou por unanimidade emitir a

licença de ruído, requerida pela Junta de Freguesia de Aguiar, relativa a um evento a ter lugar no dia 9 de setembro, entre as 21:00 horas e as 24:00 horas, na Rua 10 de outubro, nº1., isentar do pagamento das taxas, de acordo com o nº 7 do artigo 9º do Regulamento de Taxas e Tabelas do Município e autorizar o corte de via pública, de acordo com informação técnica. -----

Ponto doze) Proposta de emissão de licença especial de ruído, solicitada por Sabores do Cerrado, Atividades Hoteleiras e Similares, Lda., para a realização de uma festa de casamento, nos dias 9 e 10 de setembro de 2023 - A câmara deliberou por unanimidade emitir a licença de ruído, requerida por

Sabores do Cerrado, Atividades Hoteleiras e Similares, Lda., para a realização de uma festa de casamento,



no dia 9 de setembro. Conforme pedido do requerente, a licença será emitida até às 4 horas do dia 10 de setembro de 2023. -----

Ponto treze) Proposta de emissão de licença especial de ruído para a realização de um evento no Bar

do Beco, em Alcáçovas, nos dias 2 e 3 de setembro de 2023- A Senhoras Vereadoras Sara Grou e Rita Rafael intervieram para alertar para o facto de não constar, na proposta apresentada, a hora limite para a realização do evento. Uma vez que a localização é junto às habitações, deveria ter-se conhecimento do horário limite.

O Senhor Presidente afirmou não ter visto esta situação, por norma confirma, o que não aconteceu desta vez.

A Senhora Vereadora Rita Rafael disse ter achado estranho, uma vez que, na última reunião tinham definido hora limite. -----

Esclarecido o assunto, a Câmara deliberou por unanimidade emitir a licença de ruído para a realização de uma festa, no Bar do Beco em Alcáçovas, entre as 21:00horas do dia 2 de setembro e as 4:00 horas do dia 3 de setembro. -----

Ponto catorze) Proposta de emissão de licença especial de ruído e corte da via pra a realização de um

evento (festa de aniversário do estabelecimento sito na Rua Médico Sousa, nº 24 ,em Viana do

Alentejo), nos dias 9 e 10 de setembro de 2023.- Neste ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor

Presidente pediu autorização para se retirar, tendo em conta que é proprietário do estabelecimento em causa e, não sendo obrigado, mas por uma questão de isenção, considerou conveniente ausentar-se.-----

Em sua substituição esteve o Senhor Vereador Joaquim Bento que colocou a proposta a votação.

A Câmara deliberou por unanimidade emitir a licença de ruído para a realização do evento (festa de aniversário do estabelecimento sito na Rua Médico Sousa, nº 24, em Viana do Alentejo, entre as 16:00 horas do dia 9 de setembro e as 4:00 horas do dia 10 se setembro de 2023. -----

Ponto quinze- Proposta de alteração de trânsito – Feira D’Aires 2023 - O Senhor Presidente referiu que

a câmara tem estado a coordenar este assunto, como habitualmente, com a G.N.R., e com a fiscalização.

A câmara deliberou aprovar por unanimidade a proposta referente à alteração do trânsito, por ocasião da Feira D’Aires 2023.-----

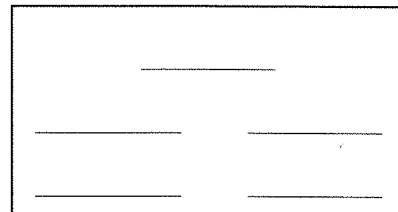
Ponto dezasseis) Proposta de aprovação do relatório de ponderação da participação pública na 1ª

alteração à 1ª revisão do Plano Diretor Municipal – A Câmara deliberou aprovar por maioria, com as

abstenções das Senhoras Vereadoras Sara Grou e Rita Rafael a proposta de aprovação do relatório de ponderação da participação pública na 1ª alteração à 1ª revisão do Plano Diretor Municipal. -----

Ponto dezassete) Proposta de aprovação da proposta final da 1ª alteração à 1ª revisão do Plano

Diretor Municipal, para envio à Assembleia Municipal- A Câmara deliberou aprovar por maioria, com as



abstenções das Senhoras Vereadoras Sara Grou e Rita Rafael a proposta de aprovação da proposta final da 1ª alteração à 1ª revisão do Plano Diretor Municipal, que será submetida à Assembleia Municipal.-----

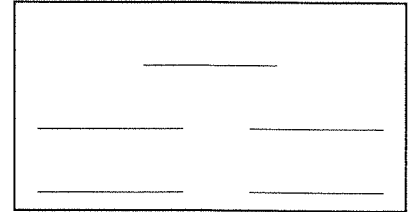
Ponto dezoito) Proposta de aprovação da 26ª alteração permutativa ao Orçamento da Despesa-

Quanto a este ponto da Ordem de Trabalhos, a Senhora Vereadora Sara Grou interveio e disse que ia encadear este ponto com os pontos números dezanove e vinte. Assim, referiu que após terem analisado as alterações, reparou que no Plano Plurianual de Investimentos tinham sido retirados cinquenta mil euros da estratégia Local de Habitação, o que pressupõe que o Senhor Presidente achou que não iria pagar e afirmou que lhe parecia ter lido que o contrato com a Ernest & Young seria por cinquenta e sete semanas, com início em 2022. Assim, este assunto passará para 2024. Perguntou se tinha renegociado com a consultora e disse ainda que já tinha sido pedido uma lista dos trabalhos que iam sendo realizados, à qual ainda não tiveram acesso, o que deixa a dúvida em relação à execução do trabalho, se foi ou não cumprido. -----

Em relação ao reforço de rubricas, constataram esse reforço em algumas, com o é o caso dos livros de fichas a oferecer aos alunos e os transportes que não estavam acautelados. Saliu que houve também mais algum dinheiro para a Feira D'Aires, como é o caso da quantia de dezoito mil e quinhentos que saíram da rubrica da "Mostra de Doçaria". Analisando os Plano de Atividades de 2022 e 2023, constatou que na "Mostra de Doçaria do ano" anterior tinham sido gastos sessenta e oito mil euros e que este ano, a rubrica contava apenas com cerca de vinte e cinco mil euros, retirando os dezoito mil seiscentos e cinquenta euros, restam cerca de sete mil euros. O que se questiona é se até ao evento se vai conseguir o montante necessário. Em relação às rubricas dos transportes e dos livros, perguntou se estas não teriam de estar asseguradas. -----

O senhor Presidente respondeu em relação aos cinquenta mil euros que retirados daquela rubrica, e referiu que, quando se chega a esta altura do ano, começa-se a fazer um alinhamento de algumas rubricas e quando se chega à conclusão que o valor não vai ser necessário, retira-se para onde esteja a fazer falta. -----

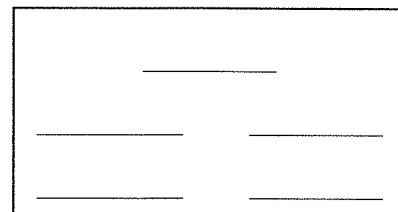
Disse também que o que tem de se assegurar são os 20% que fazem parte do compromisso para pagamento, naquela fase, e pelo que estava a ver, o restante só iria ser pago no ano seguinte. Referiu-se ao reforço das rubricas e ao facto de o Orçamento estar "apertado". Disse o Senhor Presidente que têm se ir reforçando as rubricas, à medida que vão precisando. Quanto à rubrica para a Mostra de Doçaria, afirmou que a mesma iria ser reforçada e que isso estaria controlado. -----O Senhor Presidente mostrou-se tranquilo com a situação e salientou que o Orçamento está completamente controlado, apenas tem fazer estes ajustes. Esta situação está relacionada com alguns orçamentos que não foram bem calculados, algumas alterações nos preços causaram estes ajustes. Até as verbas que



ficaram retidas, como é o caso da que ficou na CIMAC por causa do visto, causaram algumas dificuldades e foram forçados a tirar dinheiro de rubricas que agora têm de reforçar, mas há dinheiro para elas, ou seja, não se corre o risco de chegar à Mostra de Doçaria sem dinheiro. Assegurou que têm feito um enorme esforço e comprometeu-se em poupar o máximo de dinheiro com a realização de iniciativas, de forma a não ser muito diferente das iniciativas realizadas o ano passado. Apesar do esforço, disse que não conseguiria cumprir totalmente. Em determinadas situações conseguiu, noutras não, é o caso das tendas, dos espetáculos, dos riders técnicos, cujos preços estão muito altos. Assim, disse preferir ter os programas com artistas mais fracos para não sobrecarregar o orçamento e conseguir, assim, fazer as iniciativas e manter as contas controladas. Gostaria de trazer outros artistas, como já lhe foi sugerido até pelos jovens, mas não é possível, neste momento, porque há outras prioridades. -----

O valor da Feira D'Aires teve de ser reforçado, tal como o dos transportes escolares porque ao lançar os concursos, têm de ter a verba e estas rubricas não tinham verba, pelo que tiveram de tirar de outro lado para poder reforçar esta, garantido que conseguirão repor a quantia que foi retirada.-----

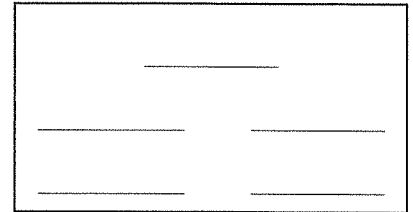
Para melhor esclarecimento do assunto, o Senhor Presidente solicitou a intervenção do chefe de gabinete, que garantiu não haver nenhuma violação contratual com a Ernest & Young nem alteração ao contrato, havendo o pagamento de 20% aquando da entrega do trabalho final para a candidatura ao 1º Direito. Disse que desejam que isso aconteça até ao final do ano e até essa data, nessa rubrica tem de haver os 20% do valor contratual para pagar. O outro pagamento de 20% é feito no momento do lançamento da empreitada e, nessa altura, o dinheiro tem de lá estar. Daí que esta situação seja um "arrastar" para 2024 porque, lamentavelmente, a Ernest & Young não consegue entre setembro e dezembro de 2023 fazer a candidatura ao 1º Direito, fazer os cadernos de encargos para os projetos, fazer o concurso dos projetos, lançar as empreitadas e, por isso, não vai faturar. Aliás, até ao momento, não faturou nada porque não o podia fazer. Não se trata de uma prestação de serviços, em que se paga mensalmente, trata-se de pagamento contra entregáveis. Quanto ao pagamento dos 5% dos relatórios mensais questionados pela Senhora Vereadora Sara Grou, pode dizer-se que, até ao momento, não foi apresentada nenhuma fatura. Disse ainda, que o problema não é dinheiro porque dinheiro a câmara tem, o problema é orçamental. Referiu ainda que seria bom ter um orçamento de base zero, mas as regras de construção do orçamento público não permite para que as Câmaras Municipais não cheguem ao estado a que algumas chegaram, com noventa milhões de dívida para um orçamento de quarenta e cinco, e por isso há um conjunto de regras que não permite que isso aconteça. -----



Disse também que o Senhor Presidente estava a preparar alterações que iriam à próxima reunião de câmara, e que se vai tentar que seja uma das últimas até ao final do ano para não se andar sempre a tirar de” um lado para o outro”, garantindo sempre a questão do equilíbrio orçamental. -----

A terminar disse que tinha acabado de responder à questão que, provavelmente lhe iria colocar.-----

O referido Vereador interveio e salientou que é uma preocupação, pelo menos ,desde junho e que tem manifestado em todas as alterações orçamentais que se têm vindo a fazer. Disse que, olhando para o mapa que tem até ao final do ano, as coisas estão muito complicadas. Adiantou que iria esperar pelo “arrumo das contas” do próximo plano para ver a concretização que se pretende até ao final do ano. Recordou que no ano anterior, os Vereadores da oposição viabilizaram a conta de equilíbrio da câmara, de transferência de contas, sempre ressalvando que no presente ano, haveria a garantia do equilíbrio orçamental que é estrutural, mas as regras estão mais apertadas do que era no passado, o que já se sabia. Portanto, aquela justificação de que com o anterior executivo era daquela forma, não pode ser usada e que talvez até tenha sido discutido nas Comunidades Intermunicipais. Afirmou que há mais municípios que estão nas mesmas circunstâncias e o não cumprimento dessa regra tem impacto extremamente negativo na discussão dos Fundos Comunitários e que o município está “à tangente”, ou seja, qualquer descuido neste momento, corre-se o risco de não poder concretizar “qualquer coisa”. Olhando para as rubricas das despesas até ao final do ano, é preciso ter em atenção e aconselhou a que fosse feito um plano, bem feito porque é preciso ser muito rigoroso. Em relação à Estratégia Local de Habitação, a explicação apresentada, só reforça a preocupação que tem tido há muito tempo, em relação a este assunto porque em meio mandato do executivo, houve a dificuldade em contratar a empresa, depois a ineficácia na apresentação da objetividade que a empresa teve em enviar aquilo que é o futuro, que é o projeto para Aguiar, ao ponto de estarmos praticamente a zero. Aquilo que é essencial do município é ter os projetos técnicos e isso já é uma benesse, comparando o que havia há dois anos, mas nem isso temos. Perante isto, com boa vontade, só em 2024, é que poderemos estar a pagar à empresa porque executou a sua obrigação que é preparar os projetos técnicos para o município, o que significa que até ao final do ano, isto está bastante complicado, tendo em conta que se tem de entregar chaves às pessoas em 2026, obviamente que teria de estar terminado no fim de 2025. Uma obra desta natureza, lançar o concurso, tempo que demora, Visto do Tribunal de Contas, tempo de espera, a decisão da própria candidatura por parte do IHRU, não esquecendo que as candidaturas são muitas e os montantes cada vez menos, fazer uma obra desta dimensão é bastante difícil. Disse também já ter alertado para esta situação porque 2023 está a acabar e 2026 é um instante até lá. Se a empresa não vai receber, não estamos em condições de apresentar candidaturas. Portanto são duas preocupações, uma que diz respeito a um projeto estruturante e a outra à saúde financeira do município porque as regras



não são as mesmas. Neste contexto, frisou que até ao limite viabilizaria, no limite, se entender que há um desequilíbrio que não consiga ser corrigido, não apoiará mais nenhuma alteração orçamental e já tinha advertido desde que foram viabilizadas as transferências de verbas. -----

O Senhor Presidente interveio, afirmando que têm tido esse cuidado, que têm feito uma “ginástica” financeira nesse aspeto e mostrou-se confiante em conseguir manter esse equilíbrio e chegar a “bom porto”. Disse ainda que, em relação à empresa, esta poderia andar um bocadinho mais rápido, mas não estão a conseguir esse efeito, mas que espera também conseguir os objetivos a que se propôs. Disse que também ia ouvindo outros municípios e referiu ter conhecimento de que não estão adiantados, como foi dito pelo Senhor Vereador António Costa da Silva. Disse também que era mais fácil os concursos ficarem desertos para recuperação de três habitações do que para dezasseis ou dezassete. As empresas maiores estão a dar mais respostas do que as empresas mais pequenas. -----

Fez questão de salientar que os trabalhadores correm risco de não receberem os subsídios, já que o Senhor Vereador António Costa da Silva tinha feito referência a este assunto e acrescentou que já tinham sido pagos retroativos e no dia 22 do mês seguinte, seria paga mais uma parte desse dinheiro, continuando-se a pagar o restante. Disse ainda o Senhor Presidente que este assunto está bem controlado e provavelmente ainda sobrar algum dinheiro nessa rubrica. -----

O chefe de gabinete fez mais uma intervenção e adiantou que há uma verba que está no orçamento e ficou lá garantida para pagar o entregável, esperando que seja concretizado, no mês de setembro, estava referir-se ao caderno de encargos para o lançamento do concurso dos projetos, sublinhando que não se vai arrastar nada para 2024, a não ser o que não se consiga fazer até ao final de 2023. Ficaram vinte e tal mil euros que correspondem a 20%, caso haja um entregável. -----

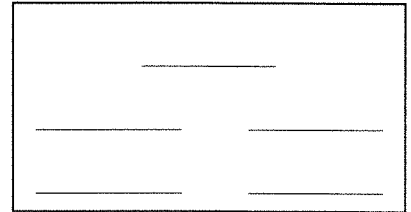
Não havendo mais questões neste ponto, a partir do qual foram discutidos os três últimos pontos da Ordem de Trabalhos, a câmara aprovou com dois votos contra por parte das Senhoras Vereadoras Sara Grou e Rita Rafael e com a abstenção do Senhor Vereador António Costa da Silva, a 26ª alteração permutativa ao Orçamento da Despesa. -----

Ponto dezanove) Proposta de aprovação da 20ª alteração permutativa ao Plano de Atividades

Municipais- A câmara aprovou com dois votos contra por parte das Senhoras Vereadoras Sara Grou e Rita Rafael e com a abstenção do Senhor Vereador António Costa da Silva a 20ª alteração permutativa ao Plano de Atividades Municipais. -----

Ponto vinte) Proposta de aprovação da 14ª alteração permutativa ao Plano Plurianual de

Investimentos- A câmara aprovou com dois votos contra por parte das Senhoras Vereadoras Sara Grou e Rita Rafael e com a abstenção do Senhor Vereador António Costa da Silva a 14ª alteração permutativa ao Plano Plurianual de Investimentos. -----



O Senhor Vereador António Costa da Silva fez um comentário relativamente ao que o chefe de gabinete tinha referido há pouco na apresentação do documento previsional que “arruma” um pouco estas contas. Disse este Vereador que já tem vindo a dar sinal, assim como a Senhoras Vereadoras do Partido Socialista, da não concordância com estas alterações, portanto é fundamental que o documento referido há pouco, que em termos globais lhes seja apresentado as contas “arrumadas”, na próxima reunião de câmara, no sentido de não se estar a tomar mais nenhuma decisão em que se retire alguma verba de algum sítio em que se sintam desconfortáveis e depois terem de inviabilizar alguma iniciativa. Se houver alguma alteração orçamental que tem de ser feita para reforçar a iniciativa em Alcáçovas, “Mostra de Doçaria”, e se votarem contra, a iniciativa não se desenvolve, por isso é importante saber, com rigor, o que vão ter. O próximo orçamento tem de mostrar o tal equilíbrio que garanta que podem viabilizar essas alterações até ao final do ano porque não é da forma que está a acontecer que se vai conseguir. Tem de se olhar para o orçamento que falta e equilibrar com as rubricas no sítio certo.

O Senhor Presidente declarou encerrada a reunião às dezanove horas e vinte e três minutos, tendo a minuta desta ata sido aprovada por unanimidade. -----

Eu,
subscrevi

,Assistente Técnica da DGR, a

O Presidente,

Os Vereadores,